UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

JOÃO MATHEUS GROCHOVSKI SERAPHIM

A LÓGICA DE DISPERSÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E URBANOS DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ-PR: UMA ANÁLISE GEOECONÔMICA E REGIONAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

PONTA GROSSA
2026

JOÃO MATHEUS GROCHOVSKI SERAPHIM

A LÓGICA DE DISPERSÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E URBANOS DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ-PR: UMA ANÁLISE GEOECONÔMICA E REGIONAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do Grau de Bacharel em Geografia, do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Co-Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat

PONTA GROSSA

2026

JOÃO MATHEUS GROCHOVSKI SERAPHIM

A LÓGICA DE DISPERSÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E URBANOS DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ-PR: UMA ANÁLISE GEOECONÔMICA E REGIONAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do Grau de Bacharel em Geografia, do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 26 de Outubro de 2026.

Prof° Dr° Luiz Alexandre Gonçalves Cunha - Orientador
Doutor em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profº Dr° Nicolas Floriani
Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profº Dr° Danilo Henrique Divardin
Doutor em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

FOLHA DE APROVAÇÃO
ATA DE DEFESA

Ao vigésimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, reuniu-se virtualmente a Banca Examinadora composta pelos professores Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (Presidente-Orientador), Nicolas Floriani (Membro) e Danilo Henrique Divardin (Membro), para proceder à análise do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) acadêmico(a) João Matheus Grochovski Seraphim, concluinte do Bacharelado em Geografia, intitulado "A LÓGICA DE DISPERSÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E URBANOS DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ-PR: UMA ANÁLISE GEOECONÔMICA E REGIONAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL". Aberta a sessão, o autor dispôs de vinte e cinco minutos para a apresentação de seu trabalho, sendo posteriormente arguido pelos integrantes da banca. Concluídas as etapas de avaliação, verificou-se que a média das notas atribuídas pelos três avaliadores, acrescida da nota referente ao acompanhamento da elaboração do TCC, resultou na nota final de 10,0 (dez). Diante do desempenho apresentado, a Banca Examinadora declara o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIZ ALEXANDRE GONCALVES CUNHA
Data: 27/10/2026 10:18:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

1) Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (presidente)

gov.br Documento assinado digitalmente
NICOLAS FLORIANI
Data: 27/10/2026 16:57:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

2) Prof. Dr. Nicolas Floriani (membro)

gov.br Documento assinado digitalmente
DANILO HENRIQUE DIVARDIN
Data: 27/10/2026 10:47:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

3) Prof. Dr. Danilo Henrique Divardin (membro)

Ponta Grossa, 26 de outubro de 2026.

TERMO DE COMPROMISSO

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, João Matheus Grochovski Seraphim, RA: 23001003, RG: 56.580.892-8, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi por mim elaborado e portanto, responsabilizo-me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica. Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual. Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada. Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Bacharelado em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme consta na Lei 10.695 de julho de 2003. Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinjam as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 26 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO MATHEUS GROCHOVSKI SERAPHIM
Data: 26/10/2026 16:46:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do(a) Acadêmico(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me concedido força e sabedoria para chegar até aqui.

Aos meus pais, o meu agradecimento por todo o amor, apoio, incentivo e pelos ensinamentos que me acompanharam durante toda a minha vida. Vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui e sempre estiveram ao meu lado, acreditando em mim mesmo nos momentos em que eu próprio duvidei.

À minha família, agradeço por todo o carinho, compreensão e apoio durante essa caminhada. Cada palavra de incentivo e cada gesto de carinho fizeram diferença ao longo de todo o curso.

À minha namorada Kamila Cristina de Oliveira Antunes, agradeço por estar comigo em todos os momentos, nos dias bons e, principalmente, nos momentos difíceis. Obrigado por entender minhas ausências, ouvir minhas preocupações, me incentivar e acreditar em mim. Ter você ao meu lado tornou essa caminhada mais leve e especial.

Aos meus colegas de turma, agradeço pela convivência, pelas experiências compartilhadas, pelas dificuldades enfrentadas juntos e por todos os momentos que fizeram parte desses anos de graduação.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, pela dedicação e pelos ensinamentos que ajudaram não apenas para minha formação profissional, mas também para meu crescimento pessoal.

Em especial, agradeço ao professor Marcio Jose Ornat, por ter acreditado no meu potencial desde os primeiros projetos dos quais participei. Sou muito grato por todas as oportunidades, pelos ensinamentos, pelas orientações e, principalmente, pela confiança depositada em mim ao longo dessa trajetória.

E por fim, meus agradecimentos ao professor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, pela orientação deste trabalho. Obrigado pela disponibilidade, pelas contribuições, pelas críticas e sugestões, e por todo o acompanhamento durante a realização deste TCC. Sua orientação foi fundamental para a realização desta pesquisa e para a conclusão desta etapa tão importante da minha formação.

“O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é o direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (David Harvey, 2013)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a lógica de dispersão dos equipamentos públicos e urbanos no município de Imbaú-PR, a partir de uma abordagem geoecônomica e regional, considerando sua inclusão na rede urbana e as leis estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal. A partir do entendimento de que a distribuição dos equipamentos públicos no território não ocorre de forma aleatória, mas está diretamente relacionada a processos históricos, econômicos e políticos que protegem a organização espacial. Nesse sentido, a pesquisa busca identificar padrões de concentração e dispersão dos serviços, identificando as desigualdades socioespaciais dentro do município, principalmente entre a sede urbana e as áreas periféricas e localidades rurais. Metodologicamente, o estudo se baseia em revisão bibliográfica, análise documental, levantamento de dados secundários e elaboração de elementos cartográficos, permitindo uma visão completa da organização territorial. Os resultados indicam que a distribuição dos equipamentos públicos em Imbaú-PR apresenta forte concentração na área urbana, revelando limitações estruturais, dependência de centros regionais e desafios no planejamento territorial. Dessa forma, o trabalho ajudou para o entendimento das dinâmicas espaciais em municípios menores e para o debate sobre a necessidade de políticas públicas mais equilibradas e territorialmente igualitárias.

Palavras-chave: Equipamentos públicos; Organização espacial; Rede urbana; Planejamento territorial; Imbaú-PR.

ABSTRACT

This study aims to analyze the spatial dispersion logic of public and urban facilities in the municipality of Imbaú-PR, based on a geoeconomic and regional approach, considering its integration into the urban network and the guidelines established by the Municipal Master Plan. It is based on the understanding that the distribution of public facilities across the territory does not occur randomly, but is directly related to historical, economic, and political processes that shape spatial organization. In this sense, the research seeks to identify patterns of concentration and dispersion of services, highlighting the socio-spatial inequalities present in the municipality, especially between the urban center and rural areas. Methodologically, the study is based on a bibliographic review, document analysis, collection of secondary data, and the production of cartographic outputs, allowing for an integrated interpretation of territorial organization. The results indicate that the distribution of public facilities in Imbaú-PR shows a strong concentration in the urban area, reflecting structural limitations, dependence on regional centers, and challenges in territorial planning. Thus, this work contributes to the understanding of spatial dynamics in small municipalities and to the debate on the need for more balanced and territorially integrated public policies.

Keywords: Public facilities; Spatial organization; Urban network; Territorial planning; Imbaú-PR.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Leitura Comunitária feita na Localidade de Charqueada de Baixo…… 77

FIGURA 2 - Leitura Comunitária feita nas Localidades do Assentamento Guanabara e Serra do Facão…….. 78

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Localização Geográfica da Região dos Campos Gerais..... 43

MAPA 2 - Localização Geográfica da Região Imediata de Telêmaco Borba..... 44

MAPA 3 - Localização Geográfica da Região Intermediária de Ponta Grossa..... 45

MAPA 4 - Sistema Viário do Município de Imbaú…… 56

MAPA 5 - Manchas Urbanas no Município de Imbaú……. 58

MAPA 6 - Mapa Geológico de Imbaú…… 59

MAPA 7 - Mapa Climático de Imbaú…….. 60

MAPA 8 - Mapa Hidrográfico de Imbaú……. 61

MAPA 9 - Mapa de Uso e Cobertura da Terra em Imbaú…….. 62

MAPA 10 - Equipamentos Públicos e Urbanos Localizados em Território Municipal…… 70

MAPA 11 - Equipamentos Públicos e Urbanos da Sede Municipal em Imbaú…….... 71

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Aumento no Número de Municípios Brasileiros ao longo das Décadas..... 47

GRÁFICO 2 - Aumento no Número de Municípios Paranaenses ao longo das Décadas..... 48

GRÁFICO 3 - Evolução Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Imbaú…….. 68

GRÁFICO 4 - Equipamentos no meio Urbano e Rural……... 73

GRÁFICO 5 - População que reside no meio Rural e Urbano…….. 74

GRÁFICO 6 - Distribuição do Equipamentos Públicos e Urbanos por categoria….. 75

GRÁFICO 7 - Demandas Analisadas por Gênero…….. 79

GRÁFICO 8 - Número de Demandas na Sede e Localidades Rurais……. 80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução Populacional de Imbaú - PR..... 49
TABELA 2 - Produção Agrícola - Quantidade Produzida, Segundo Culturas Temporárias..... 62
TABELA 3 - Produção Agrícola - Quantidade Produzida, Segundo Cultura Permanentes..... 63
TABELA 4 - Efetivo de Pecuária e Aves..... 64
TABELA 5 - Produção de Origem Animal..... 64
TABELA 6 - Produção de Aquicultura..... 65
TABELA 7 - Produto Interno Bruto (PIB) - Per Capita..... 66
TABELA 8 - Valor Adicionado Fiscal (VAF), Segundo Ramos de Atividade..... 66
TABELA 9 - Distribuição de Demanda por Localidade..... 81
TABELA 10 - Distribuição das Demandas por Categoria / Setor 81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BR	Rodovia Federal
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
FGI	Faculdade de Gestão e Inovação
FJP	Fundação João Pinheiro
FPM	Fundo de Participação de Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAT	Instituto Água e Terra
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LABPLAN	Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Paraná
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UBS	Unidade Básica de Saúde
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 15

1. ESTADO, MERCADO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO..... 19

1.1 Estado, Mercado e Planejamento Urbano: Contradições da Produção do Espaço no Capitalismo..... 21

1.2 A Produção do Espaço e o Mercado Capitalista..... 24

1.2.1 A Organização Espacial Miltoniana..... 25

1.2.2 A Produção do Espaço Segundo Lefebvre..... 28

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS..... 30

2.1 Centralização e Descentralização..... 30

2.2 Região e Regionalização..... 31

2.3 Redes Urbanas..... 33

2.4 Planejamento Territorial e Gestão Urbana..... 38

2.5 Equipamentos Públicos e Urbanos..... 39

3. FRAGMENTAÇÃO MUNICIPAL E O PROCESSO HISTÓRICO - GEOGRÁFICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ - PR..... 41

3.1. Fragmentação Municipal e Emancipações..... 44

3.2 Formação Histórico-Geográfica..... 51

3.1.1 O “efeito Klabin” no território Imbauense..... 52

3.1.2 A influência da Rodovia do Café..... 53

3.3 Caracterização Físico-Territorial..... 55

3.4 Estrutura Agrária e Fundiária..... 59

3.5 Questões Socioeconômicas..... 63

4. ANÁLISE GEOECONÔMICA DA DISPERSÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E URBANOS EM IMBAÚ-PR..... 67

4.1 Distribuição Espacial dos Equipamentos Públicos..... 67

4.2 Relação entre a Distribuição dos Equipamentos e a Dinâmica Socioeconômica..... 70

4.3 Percepção da População sobre os Equipamentos Públicos e Urbanos: Análise das Leituras Comunitárias.....74
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 84
REFERÊNCIAS..... 87

INTRODUÇÃO

Os equipamentos públicos e urbanos desempenham um papel fundamental na organização e no funcionamento dos municípios, pois estão diretamente relacionados à prestação de serviços essenciais à população. Escolas, unidades de saúde, equipamentos administrativos, espaços de lazer, serviços de segurança, cemitérios, estruturas de transporte e demais equipamentos de atendimento à população e que influenciam nas condições de acesso. Dessa maneira, a localização desses equipamentos em todo o território não pode ser entendida apenas como resultado de decisões técnicas, mas como parte de processos históricos, econômicos, políticos e sociais que interferem na produção e na organização do espaço.

A distribuição desses equipamentos também ajuda para a formação de centralidades e para a produção de fluxos entre diferentes locais do território. Em municípios menores, essa relação se torna mais importante, pois determinados serviços tendem a se concentrar na sede municipal, enquanto as localidades rurais apresentam estruturas mais afastadas e na maioria das vezes, uma menor qualidade de atendimento. No caso de Imbaú-PR, essa diferença aparece de forma significativa, considerando que a sede municipal concentra grande parte dos equipamentos administrativos, educacionais, de saúde e serviços, enquanto as comunidades rurais têm equipamentos mais distribuídos territorialmente e maior dependência de deslocamentos para acesso a determinados serviços.

Essa presente pesquisa aborda uma análise da lógica de dispersão e concentração dos equipamentos públicos e urbanos existentes no município de Imbaú, considerando tanto a sede municipal quanto as localidades rurais. Essa distribuição é analisada a partir de uma perspectiva geoeconômica e regional, buscando entender as relações entre localização dos equipamentos, estrutura territorial, distribuição populacional, rede viária, dinâmica econômica e a inclusão do município na rede urbana regional. Nesse sentido, a análise não se limita apenas na identificação física dos equipamentos, mas procura compreender os efeitos territoriais produzidos por sua presença, ausência ou concentração.

O problema central desta pesquisa está relacionado à necessidade de entender como os equipamentos públicos e urbanos estão distribuídos no território de Imbaú e de que maneira essa distribuição se relaciona com a organização territorial. Essa problemática é muito importante pois, a presença quantitativa dos equipamentos não significa condições iguais de acesso aos serviços. A análise realizada no trabalho mostra que mesmo quando a proporção entre equipamentos urbanos e rurais é próxima com a distribuição populacional, as condições territoriais de acesso são diferentes, devido às distâncias, à dispersão das comunidades e às condições de mobilidade.

A justificativa da pesquisa está relacionada à localização desses equipamentos que interfere diretamente no cotidiano da população, nos deslocamentos realizados para acesso aos serviços, na formação de centralidades e nas relações entre diferentes áreas do município. Dessa forma, identificar padrões de concentração, dispersão e ausência de equipamentos permite reconhecer desigualdades territoriais e compreender de que maneira o planejamento municipal pode contribuir para melhorar o acesso da população aos serviços públicos.

Além disso, a pesquisa pode ajudar para os estudos geográficos sobre municípios de pequeno porte, uma vez que boa parte das discussões sobre equipamentos urbanos, centralidades e organização espacial concentra-se em cidades maiores e áreas metropolitanas. Imbaú apresenta características territoriais específicas, com uma grande quantidade de população rural, localidades distantes umas das outras, grande influência da rede viária e relações regionais com centros urbanos de maior importância. Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a lógica de dispersão dos equipamentos públicos e urbanos do município de Imbaú e interpretar seus efeitos no desenvolvimento geoeconômico e regional do município, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida a partir da junção entre revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários, análise documental, trabalho de campo e produção cartográfica. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos relacionados à pesquisa, principalmente à produção do espaço, centralização e descentralização, região e regionalização,

redes urbanas, planejamento territorial, gestão urbana e equipamentos públicos e urbanos.

Foram analisados ainda documentos e dados relacionados ao município de Imbaú, incluindo informações populacionais, econômicas, territoriais e de infraestrutura, além das diretrizes associadas ao Plano Diretor Municipal. Essa etapa permitiu relacionar a distribuição dos equipamentos com a formação histórico-geográfica do município (principalmente o fator da emancipação do município com Telêmaco Borba ocorrida em 1995) , sua estrutura agrária, sua dinâmica econômica, sua rede viária e sua inserção regional.

Uma das principais etapas metodológicas consistiu na realização de trabalhos de campo no município de Imbaú, voltados ao levantamento dos equipamentos públicos e urbanos já existentes. Durante esse percurso foram identificados e registrados equipamentos localizados tanto na sede municipal quanto nas localidades rurais. Para cada equipamento levantado, buscou-se registrar sua localização e obter suas coordenadas geográficas, formando uma base de dados espacial destinada à representação cartográfica.

Após o levantamento em campo, os dados coletados foram sistematizados e utilizados para a produção de mapas por meio do software QGIS. A espacialização permitiu visualizar os padrões de concentração e dispersão dos equipamentos, comparar a sede municipal com as localidades rurais e relacionar sua distribuição com elementos como rede viária, ocupação territorial e distribuição populacional. A utilização do geoprocessamento foi muito importante para transformar os dados obtidos em campo, em informações espaciais capazes de ajudar na interpretação da organização territorial do município.

A análise também foi complementada pelas Leituras Comunitárias realizadas durante o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, permitindo facilitar a percepção da população sobre os equipamentos e serviços públicos. As demandas contribuíram para identificar dificuldades que não poderiam ser observadas somente por meio dos mapas, como problemas de atendimento, ausência de profissionais, dificuldades de transporte, limitações no saneamento, necessidade de novos equipamentos e dificuldades relacionadas ao deslocamento

entre as localidades. No desenvolvimento do trabalho, foram selecionadas 95 demandas diretamente relacionadas aos equipamentos públicos e urbanos.

A pesquisa foi estruturada em quatro capítulos principais, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, sendo ele “Estado, Mercado e a Organização do Espaço Urbano", apresenta a discussão sobre a produção do espaço, abordando principalmente as relações entre Estado, mercado e sociedade, além das contribuições de Milton Santos e Henri Lefebvre para o entendimento da organização espacial.

O segundo capítulo, “Fundamentos Teóricos da Organização Espacial e dos Equipamentos Públicos", discute os conceitos de centralização e descentralização, região e regionalização, redes urbanas, planejamento territorial, gestão urbana e equipamentos públicos e urbanos. Esses conceitos são a base teórica utilizada para interpretar a distribuição dos equipamentos no território de Imbaú.

O terceiro capítulo “Fragmentação Municipal e o Processo Histórico-Geográfico de Formação do Município de Imbaú-PR”, é a contextualização territorial do município, abordando seu processo de emancipação, formação histórico-geográfica, influência da empresa Klabin e da Rodovia do Café, além das características físico-territoriais, estrutura agrária e fundiária e aspectos socioeconômicos.

Por fim, o quarto capítulo, “Análise Geoeconômica da Dispersão dos Equipamentos Públicos e Urbanos em Imbaú-PR”, apresenta os principais resultados da pesquisa, discutindo a distribuição espacial dos equipamentos, sua relação com a dinâmica socioeconômica e territorial e a percepção da população obtida por meio das Leituras Comunitárias. Neste capítulo são utilizados mapas, gráficos e tabelas para demonstrar as diferenças existentes entre a sede municipal e as localidades rurais e para interpretar de que maneira a localização dos equipamentos influencia o acesso da população aos serviços públicos.

1. ESTADO, MERCADO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A produção do espaço urbano nas sociedades capitalistas está diretamente relacionada às ações do Estado, do mercado e dos diferentes agentes sociais que atuam na organização do território. Nesse contexto, o espaço deixa de ser entendido apenas como suporte físico das atividades humanas e passa a ser um produto social, construído historicamente a partir de interesses econômicos, políticos e institucionais. Assim, a organização das cidades está relacionada às relações de poder e aos processos de desigualdade que influenciam a distribuição de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos no território. A cidade não é produzida de maneira igual, mas estruturada conforme as necessidades de reprodução econômica e de valorização espacial impostas pela lógica capitalista.

Segundo Lefebvre (2006), o espaço é produzido socialmente e expressa diretamente as contradições do modo de produção capitalista. Para o autor, o espaço urbano torna-se parte fundamental da reprodução das relações sociais de produção, sendo constantemente reorganizado de acordo com interesses econômicos e estratégias de controle territorial. Dessa maneira, a configuração espacial das cidades está associada à lógica de acumulação do capital, à valorização de terras urbanas e às intervenções realizadas pelo Estado por meio do planejamento urbano e das políticas públicas. Harvey (2005) complementa essa discussão ao afirmar que o capitalismo promove sucessivas reorganizações espaciais como forma de garantir sua reprodução econômica, direcionando investimentos para determinadas áreas enquanto outras permanecem marginalizadas ou recebem infraestrutura insuficiente.

Nesse processo, o Estado tem um papel de destaque na produção e organização do espaço urbano, atuando através da elaboração de políticas públicas, planos diretores, legislações urbanísticas e investimentos em infraestrutura. Entretanto, o planejamento territorial não ocorre de maneira neutra ou equilibrada, pois frequentemente atende interesses econômicos vinculados ao mercado imobiliário, à valorização fundiária e às estratégias de desenvolvimento capitalista. Conforme destaca Reis (2012), o Estado desempenha simultaneamente funções de regulação e produção do espaço, contribuindo tanto para a expansão urbana quanto para a manutenção das desigualdades socioespaciais existentes nas cidades.

Assim, o planejamento urbano muitas vezes prioriza áreas economicamente mais dinâmicas e valorizadas, concentrando investimentos e serviços em determinados setores do território.

Além disso, a relação entre Estado e mercado mostra importantes contradições na produção do espaço urbano. Embora o discurso do planejamento urbano frequentemente esteja associado ao favorecimento do ordenamento territorial e da melhoria da qualidade de vida da população, na prática observa-se uma distribuição desigual da infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos. Em muitos casos, áreas centrais e economicamente valorizadas concentram maior oferta de serviços, sistemas viários, equipamentos institucionais e investimentos públicos, enquanto bairros periféricos e áreas rurais apresentam limitações de acesso à infraestrutura básica e aos serviços urbanos. Como consequência, aumentam-se processos de segregação socioespacial, fragmentação territorial e diferenciação das condições de vida no espaço urbano.

A lógica capitalista também interfere diretamente na produção de centralidades urbanas e na organização funcional das cidades. Determinadas áreas tornam-se mais valorizadas devido à concentração de atividades econômicas, comércio, serviços especializados e equipamentos públicos, enquanto outras permanecem subordinadas a essas centralidades. O espaço urbano é produzido de forma desigual porque a própria dinâmica capitalista necessita de diferenciações espaciais para garantir processos de valorização econômica e reprodução social. Dessa maneira, a distribuição territorial dos investimentos públicos e privados ajuda para a formação de espaços mais adaptados à dinâmica econômica e outros definidos por problemas estruturais e menor acesso aos serviços urbanos.

No caso de municípios menores, como Imbaú-PR, essas contradições se tornam ainda mais evidentes devido às limitações econômicas, administrativas e territoriais existentes. Observa-se forte concentração dos equipamentos públicos na sede urbana, enquanto áreas rurais e localidades mais afastadas apresentam menor oferta de serviços e infraestrutura. Esse processo está relacionado tanto às dificuldades de investimento do poder público quanto à própria lógica de centralização administrativa e econômica presente na organização territorial municipal. Além disso, a dispersão populacional e o domínio de áreas rurais

dificultam a ampliação dos serviços públicos e da infraestrutura urbana para todo o território municipal.

Nesse contexto, a análise da produção do espaço urbano permite compreender que a distribuição dos equipamentos públicos resulta de processos históricos, econômicos e políticos associados à atuação do Estado e às dinâmicas do mercado. Assim, compreender as relações entre planejamento urbano, produção do espaço e desigualdades territoriais torna-se fundamental para analisar a lógica de dispersão dos equipamentos públicos e urbanos no município de Imbaú-PR, especialmente a partir das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal e das relações regionais que influenciam sua organização territorial.

1.1 Estado, Mercado e Planejamento Urbano: Contradições da Produção do Espaço no Capitalismo

A análise da lógica de dispersão dos equipamentos públicos e urbanos no município de Imbaú necessita-se do entendimento na função que desempenha o Estado no contexto das dinâmicas capitalistas de produção do espaço. O planejamento urbano não pode ser entendido apenas como um instrumento técnico voltado à organização racional do território, mas como uma prática social e política dentro de um campo de disputas, no qual interesses econômicos, institucionais e sociais se enfrentam.

A abordagem teórica proposta por Henri Lefebvre é fundamental para essa discussão, ao afirmar que “o espaço (social) é um produto (social)” (Lefebvre, 2006). Isso significa que o espaço urbano é produzido historicamente por diferentes agentes (Estado, mercado e sociedade) sendo influenciado por relações de poder e pela lógica de reprodução do capital. Dessa forma, a organização territorial observada em municípios como Imbaú não é aleatória, mas resultado de processos estruturais que refletem desigualdades próprias do capitalismo.

Dentro desse sistema, o Estado exerce um papel ambíguo. Por um lado, atua como regulador e planejador, responsável por instrumentos como o Plano Diretor, que tem como objetivo promover o desenvolvimento equilibrado e a justiça socioespacial. Por outro, o Estado também trabalha como agente facilitador da

acumulação capitalista, direcionando investimentos, infraestrutura e normativas urbanísticas de modo a favorecer a valorização do espaço. Dessa forma, para Harvey:

> A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso. Além disso, as crises nos investimentos do capital fixo são consideradas como sinônimo, em muitos aspectos, da transformação dialética do espaço geográfico. (Harvey, 2005, p. 55)

Essa lógica se confirma através da distribuição desigual dos investimentos públicos. Os equipamentos públicos tendem a ser introduzidos de forma desigual, privilegiando áreas com maior potencial de valorização econômica ou maior visibilidade política. Essa seleção não é apenas técnica, mas mostra a atuação de agentes dominantes (Estado e o mercado) que influenciam as decisões do poder público. Nesse sentido, Milton Santos destaca que:

> Como o espaço não é homogêneo, evoluindo de modo desigual, a difusão dos objetos modernos e a incidência das ações modernas não é a mesma em toda parte. Alguns subespaços, dotados com as modernizações atuais, podem acolher as ações de interesse dos atores hegemônicos. (Santos, 2006, p. 226)

No caso de municípios como Imbaú, essa dinâmica se torna ainda mais complexa diante das limitações de arrecadação própria e da necessidade de recursos externos para a manutenção dos serviços e a realização de investimentos. Entre esses recursos estão as transferências federais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e as estaduais, principalmente as cotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Também podem contribuir os convênios com os governos federal e estadual, além de investimentos e parcerias com a iniciativa privada, especialmente de empresas que atuam na região. Essa diversidade de fontes de financiamento evidencia a participação de diferentes agentes na organização territorial e na oferta de infraestrutura e serviços à população.

Como consequência, o planejamento urbano tende a se orientar por estratégias de atração de investimentos, reforçando a centralidade em determinadas áreas, e detrimento de outras. Isso ajuda para a configuração de um território fragmentado, no qual os equipamentos públicos não se distribuem de forma homogênea, mas acompanham a lógica de valorização espacial.

A noção de “empresariamento urbano” ajuda a aprofundar essa análise, sendo bastante discutida na literatura sobre planejamento urbano contemporâneo. Conforme Carlos Vainer:

> [...] ver a cidade camo empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. (Vainer, 2000, p. 86)

Nesse cenário, o planejamento urbano deixa de ser orientado exclusivamente pelo interesse público e passa a incorporar estratégias voltadas à competitividade territorial, como incentivos fiscais, flexibilização de normas urbanísticas e investimentos em infraestrutura estratégica melhorando a integração das cidades à economia global.

Essa mudança de direção no papel do Estado impacta diretamente na organização do espaço urbano, aumentando os processos de desigualdade e fragmentação. O espaço urbano é produzido conforme os interesses do capital, gerando desigualdades e separações socioespaciais. Essa fragmentação aparece tanto na separação entre áreas valorizadas e desvalorizadas, quanto na distribuição desigual dos equipamentos públicos, que muitas vezes não atendem de forma igual toda a população.

Além disso, a inclusão de Imbaú em uma rede urbana regional reforça sua posição periférica e dependente. Municípios de menor porte tendem a apresentar uma oferta limitada de serviços e equipamentos públicos de maior complexidade, os quais se concentram em centros urbanos mais estruturados. Ou seja, as cidades são organizadas de forma hierárquica, em que as funções maiores ficam concentradas nos centros maiores, mostrando a desigualdade na distribuição dos serviços públicos. Essa dinâmica demonstra que parte significativa das demandas da população de Imbaú é atendida em outros municípios, o que influencia as prioridades do planejamento local e reforça a dispersão dos equipamentos urbanos no território municipal.

Dessa forma, a análise da relação entre Estado, mercado e planejamento urbano evidencia que a dispersão dos equipamentos públicos em Imbaú não é resultado apenas de limitações técnicas ou administrativas, mas de um conjunto de

determinações estruturais vinculadas ao funcionamento do capitalismo. O planejamento municipal, concretizado no Plano Diretor, funciona dentro dessas contradições, buscando juntar interesses coletivos e exigências do mercado, mas frequentemente reproduzindo desigualdades socioespaciais.

O espaço urbano de Imbaú deve ser entendido como produto de múltiplas determinações, nas quais o Estado atua simultaneamente como regulador e agente da acumulação, enquanto o mercado orienta a lógica de valorização territorial. Essa articulação tem como resultado, uma organização espacial marcada pela seletividade, fragmentação e desigualdade, elementos fundamentais para entender a lógica de dispersão dos equipamentos públicos e urbanos no município.

1.2 A Produção do Espaço e o Mercado Capitalista

A relação entre espaço e capitalismo tornou-se um dos principais temas de análise da Geografia crítica e dos estudos urbanos, principalmente pela ocorrência das transformações econômicas e territoriais ocorridas ao longo do século XX. Nesse contexto, o espaço passa a ser entendido não apenas como palco das atividades humanas, mas como elemento diretamente associado às estratégias de produção, circulação e reprodução do capital. As cidades, as redes urbanas e as infraestruturas territoriais tornam-se partes fundamentais do funcionamento econômico, sendo constantemente reorganizadas de acordo com interesses políticos, econômicos e institucionais.

As interpretações desenvolvidas por Milton Santos (2006) e Henri Lefebvre (2006) contribuíram significativamente para o entendimento da produção do espaço nas sociedades capitalistas. Embora partam de perspectivas distintas, ambos os autores entendem que o espaço é resultado das relações sociais e das dinâmicas econômicas existentes em determinado período histórico. Dessa forma, a organização territorial não ocorre de maneira neutra ou espontânea, mas expressa disputas de poder, desigualdades e interesses ligados à lógica de acumulação capitalista.

Milton Santos (2006) analisa o espaço geográfico “a partir das transformações técnicas, econômicas e informacionais que passaram a estruturar o

território contemporâneo”. Para o autor, “o avanço das técnicas e das redes de circulação modifica constantemente a organização espacial, aumentando fluxos econômicos e redefinindo relações entre diferentes lugares”. Nesse processo, determinados territórios tornam-se mais adequados às dinâmicas econômicas globais, enquanto outros permanecem subordinados ou marginalizados. Assim, “o capitalismo produz um espaço marcado por desigualdades territoriais e pela concentração de infraestrutura, serviços e investimentos em áreas consideradas estratégicas para a reprodução econômica” (Santos, 2006).

Henri Lefebvre (2006) demonstra sua análise para a produção social do espaço urbano e para as contradições existentes entre capital, cidade e vida cotidiana. O autor entende que “o espaço urbano é apropriado pelo mercado e transformado em mercadoria, passando a atender interesses econômicos relacionados à valorização imobiliária, ao consumo e à reprodução das relações capitalistas". Dessa forma, a cidade deixa de ser apenas espaço de convivência social e passa a funcionar como instrumento de acumulação econômica, produzindo processos de segregação espacial, fragmentação urbana e diferenciação territorial.

A partir dessas interpretações, percebe-se que a produção do espaço está diretamente associada às ações do Estado, do mercado e dos diferentes agentes sociais que atuam sobre o território. O planejamento urbano, os investimentos em infraestrutura e a distribuição dos equipamentos públicos acabam sendo influenciados pelas dinâmicas econômicas e pelas estratégias de valorização espacial. Como consequência, determinadas áreas concentram serviços, equipamentos urbanos e infraestrutura, enquanto outras permanecem com menor acesso aos investimentos públicos e às estruturas urbanas.

No caso de municípios pequenos, essas desigualdades espaciais tornam-se ainda mais evidentes devido às limitações econômicas e administrativas presentes na organização territorial. Em Imbaú-PR, por exemplo, observa-se forte concentração dos equipamentos públicos na sede urbana, enquanto áreas rurais apresentam maior dispersão territorial e menor acesso aos serviços públicos. Nesse sentido, compreender a produção do espaço a partir das contribuições de Milton Santos (2006) e Henri Lefebvre (2006) possibilita analisar como as dinâmicas

capitalistas influenciam a organização territorial e a distribuição desigual da infraestrutura urbana no município.

1.2.1 A Organização Espacial Miltoniana

O espaço não deve ser entendido apenas como uma estrutura física ou como um simples cenário onde ocorrem as ações humanas (Santos, 2006). Refere-se a uma construção social produzida ao longo do tempo, resultado das relações estabelecidas entre sociedade, técnica e natureza. A partir disso, o espaço geográfico demonstra processos históricos e sociais que se materializam no território por meio de atividades econômicas, políticas e culturais desenvolvidas pela sociedade.

O autor define o espaço geográfico como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2006, p.12). Os conjuntos de objetos correspondem aos elementos materiais presentes no território, como edificações, vias de circulação, equipamentos públicos, redes de transporte e outras infraestruturas. Já os conjuntos de ações estão relacionados às práticas sociais que utilizam esses objetos, incluindo atividades econômicas, decisões políticas e formas de organização da vida coletiva. Ou seja:

> [...] o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos, o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados pela sociedade. (Santos, 2006, p. 24).

Nesse sentido, o espaço deve ser compreendido como um sistema em que objetos e ações estão articulados, formando uma estrutura territorial dinâmica (Santos, 2006, p. 39). A localização das infraestruturas, serviços e atividades produtivas não acontece de maneira acidental, mas resulta dos processos históricos, decisões políticas e interesses econômicos que influenciam a configuração do espaço ao longo do tempo. Cada período histórico, apresenta uma configuração individual e espacial, determinada pelas principais relações sociais, e de acordo com o nível técnico alcançado pela sociedade naquele momento (Santos, 2006, p. 39). Dessa forma, a organização espacial nos mostra como a sociedade estrutura o território para possibilitar suas atividades e atender às suas demandas sociais e econômicas.

Outro aspecto fundamental, é o papel da técnica na produção do espaço. Para o autor, as técnicas são o conjunto de instrumentos, conhecimentos e conjuntos utilizados pela sociedade, para transformar a natureza e organizar o território. O desenvolvimento técnico ajuda na criação de novos objetos geográficos, como sistemas de transporte, redes de comunicação e equipamentos urbanos, que passam a ter funções importantes na ligação entre diferentes lugares. No entanto, o espaço geográfico também reflete o avanço de desenvolvimento técnico de uma sociedade, onde as transformações tecnológicas influenciam na forma como o território é organizado e utilizado (Santos, 2006, p. 27).

A produção do espaço ocorre de forma desigual, o que traz diferentes níveis de concentração de infraestrutura, serviços e atividades econômicas no território. Essa diferenciação espacial está relacionada à distribuição desigual de investimentos, políticas públicas e fluxos econômicos, que tendem a beneficiar certos lugares em prejuízo de outros. Em consequência alguns espaços tornam-se mais adaptados às dinâmicas econômicas e institucionais, enquanto outros apresentam menor acesso a serviços e infraestrutura (Santos, 2006). A análise da organização espacial permite identificar padrões de concentração e separação de recursos no território, contribuindo para entender as desigualdades socioespaciais existentes.

Nesse contexto, a criação de espaço geográfico indicado por Milton Santos, traz uma importante base teórica para estudos e compreensão na organização territorial. Considerando o espaço como resultado da comunicação entre objetos técnicos e ações sociais, é possível interpretar a distribuição de infraestruturas e equipamentos urbanos como parte de um processo maior de produção do espaço. Para Milton Santos:

> O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes. Os objetos que formam o espaço são, ao mesmo tempo, resultado e condição das ações que nele se realizam, constituindo uma estrutura dinâmica que expressa as relações sociais e econômicas de cada período histórico. (Santos, 2006, p. 39).

A análise da organização espacial de um município permite compreender como fatores históricos, dinâmicas socioeconômicas e decisões políticas influenciam

a configuração do território e a distribuição dos serviços disponíveis para a população.

1.2.2 A Produção do Espaço Segundo Lefebvre

O conceito de produção do espaço desenvolvido por Henri Lefebvre apresenta uma das principais contribuições teóricas para a compreensão da organização espacial na sociedade contemporânea. O espaço não deve ser entendido apenas como algo físico ou uma simples base das atividades humanas, mas como um produto social, construído historicamente a partir das relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas pela sociedade. Nesse sentido, o espaço são ações humanas e das relações de poder que se concretizam no território (Lefebvre, 2006).

O autor critica a criação tradicional do espaço como algo neutro e passivo, dizendo que o espaço é produzido constantemente pelas práticas sociais e pelas dinâmicas do capitalismo, ou seja, “Não designando um “produto” insignificante, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, esse conceito exigia um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações” (Lefebvre, 2006, p. 5), o que significa que sua organização está diretamente ligada às formas de produção, circulação e consumo existentes em cada período histórico. Dessa maneira, o espaço expressa interesses econômicos e políticos, sendo sempre transformado pelas relações sociais.

A partir dessa perspectiva, a produção do espaço é entendida por meio de três elementos conceituais, pelo espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido. O espaço percebido está relacionado às práticas espaciais do cotidiano, envolvendo os fluxos, deslocamentos e usos concretos do território. O espaço concebido refere-se ao espaço planejado, elaborado por técnicos, urbanistas e instituições do Estado, representando as formas de organização e controle do território. Já o espaço vivido corresponde às experiências sociais e simbólicas construídas pelos indivíduos em sua relação com o espaço (Lefebvre, 2006).

> [...] a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas. As relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido, o vivido – nunca são simples, nem estáveis,

> tampouco são, mais “positivas”, no sentido em que esse termo opor-se-ia ao “negativo”, ao indecifrável, ao não-dito, ao interdito, ao inconsciente. (Lefebvre, 2006, p. 45).

Essa interpretação permite entender que a organização espacial não ocorre de maneira aleatória, mas apresenta interesses econômicos, estratégias políticas e formas de controle territorial. A teoria lefebvriana mostra que o espaço é simultaneamente material, social e simbólico, sendo produzido pelas relações estabelecidas entre Estado, capital e sociedade (Schmid, 2012). Assim, a produção do espaço envolve tanto a implantação de infraestruturas e equipamentos quanto os significados e usos atribuídos ao território.

No contexto urbano, Lefebvre aponta que o capitalismo tem um papel fundamental na produção do espaço, uma vez que a lógica de acumulação influencia diretamente a distribuição das atividades econômicas, das infraestruturas e dos serviços. Dessa forma, determinadas áreas recebem maior concentração de investimentos e equipamentos urbanos, enquanto outras permanecem marginalizadas e com menor acesso à infraestrutura.

A produção do espaço em Lefebvre também está relacionada à reprodução da vida cotidiana e às formas de apropriação do território pela sociedade. Isso significa que o espaço não é apenas produzido materialmente, mas também socialmente vivido e significado pelos indivíduos em suas práticas diárias. Dessa maneira, “O espaço é a morfologia social; é portanto ao “vivido” isto que é ao organismo vivo sua própria forma, intimamente ligada às funções e estruturas”. (Lefebvre, 2006, p. 81)

A teoria da produção do espaço contribui para compreender a lógica de dispersão dos equipamentos públicos e urbanos no município de Imbaú-PR, onde a distribuição desses equipamentos reflete não apenas decisões de planejamento, mas também questões históricas, limitações econômicas e relações de poder que influenciam a organização territorial. Assim, a centralização de serviços na sede urbana e a menor presença de equipamentos em localidades rurais, mostram como o espaço municipal é desigual, obtendo diferenciações socioespaciais no território.

Ao compreender o espaço como produto social, torna-se possível analisar como os processos econômicos, políticos e institucionais influenciam diretamente a configuração territorial e a oferta de equipamentos públicos à população.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

2.1 Centralização e Descentralização

O processo de centralização e descentralização cria importantes processos para a compreensão da organização no espaço urbano. Esses processos estão relacionados à distribuição das atividades econômicas, dos serviços e das infraestruturas no interior dos municípios, influenciando a forma como o território urbano se organiza, e como algumas áreas passam a obter funções específicas.

A centralização se relaciona ao processo de concentração de atividades econômicas, comerciais, administrativas e de serviços em determinadas áreas do município, ou seja, localizadas no centro urbano. Essa concentração ocorre porque alguns locais apresentam maior acessibilidade, maior circulação de pessoas e melhor infraestrutura, fatores que tornam essas áreas mais interessantes para a atividades e serviços urbanos (Corrêa, 1989, p. 38 - 39). Esse “centro urbano” une então funções muito importantes, como o comércio, serviços e atividades administrativas, onde se forma um espaço com elevada intensidade de fluxos e diálogos sociais e econômicos.

A centralização está relacionada à lógica de funcionamento das atividades urbanas, que buscam locais capazes de garantir maior visibilidade, facilidade de acesso e proximidade com outras atividades complementares.

> Localizam-se na Área Central aquelas que são capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados: são as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade. As outras atividades, que não requerem nem suportavam uma localização central, localizavam-se fora da Área Central. O seu aparecimento se deve assim às demandas espaciais do capitalismo em sua fase concorrencial, onde a localização central constituía-se em fator crucial na competição capitalista. A Área Central é assim, e em grande parte, um produto da ação dos proprietários dos meios de produção, ainda que o Estado fosse chamado a intervir. (Corrêa, 1989, p.40)

O crescimento das cidades e suas transformações econômicas e sociais, também ajudam para o surgimento da descentralização. Esse processo ocorre quando determinadas atividades deixam de se concentrar em áreas centrais e passam a se localizar em outras partes da cidade. Entre os fatores que ativam esse processo, se destaca o aumento no valor de terrenos nas áreas centrais, os

problemas de congestionamento, às limitações físicas para expansão e busca por espaços que ofereçam melhores condições para atividades econômicas (Corrêa, 1989, p. 41-42).

Esse processo não passa necessariamente pelo desaparecimento do centro tradicional, mas sim em uma reorganização da estrutura urbana, na qual diferentes áreas passam a desempenhar funções específicas dentro da cidade.

> [...] um processo de descentralização pode estar ocorrendo, originando, por exemplo, novos subcentros comerciais intraurbanos, ao mesmo tempo que surgem novos bairros da elite, fortemente segregados: neste sentido pode-se afirmar que os processos espaciais são complementares entre si. (Corrêa, 1989, p. 37)

Os processos de centralização e descentralização nos mostram o funcionamento da organização espacial das cidades. Enquanto a centralização proporciona a concentração de atividades e serviços em determinados pontos específicos, a descentralização contribui para a redistribuição dessas atividades em outras áreas urbanas. Esses processos ocorrem de maneira conjunta entre si e através de transformações econômicas, sociais e territoriais que influenciam a estrutura urbana ao longo do tempo (Corrêa, 1989, p. 44).

Conforme o planejamento urbano, a análise desses processos é importantíssima para compreender a distribuição de serviços e equipamentos nos municípios. A localização de escolas, UBS (Unidade Básica de Saúde), centros administrativos e outros equipamentos urbanos, seguem padrões relacionados à centralização ou à descentralização das atividades urbanas. O estudo desses processos nos ajuda a interpretar como a organização espacial das cidades tem influência no acesso da população aos serviços públicos e à infraestrutura urbana.

2.2 Região e Regionalização

O conceito de região vem sendo utilizado como uma categoria analítica fundamental para compreender as diferenças e concepção que existem no espaço. Na Geografia, a região constitui uma categoria de análise utilizada para compreender a diferenciação e a organização do espaço geográfico, considerando características econômicas, sociais, culturais e ambientais que distinguem determinadas áreas (Corrêa, 1986). Esse conceito não se refere somente a uma

delimitação territorial fixa, mas a uma forma de análise baseada em critérios de interpretação do espaço geográfico.

> [..] é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização — seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais. Incorporar como dimensão primeira o espaço não significa, nunca é demais enfatizar, que se trate de um espaço separado ou separável dos sujeitos que o constroem: a regionalização deve estar sempre articulada em análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem, seja com a "primeira" (cada vez mais rara, como já reconhecia o próprio Marx), seja corn a "segunda" natureza. (Haesbaert, 2010, p. 24-25)

A ideia de região está relacionada à necessidade de entender a diversidade espacial dentro do território. Ao delimitar regiões, o pesquisador procura identificar áreas que apresentam certa semelhança interna, permitindo analisar com mais detalhes alguns processos sociais e territoriais. Haesbaert (2010) destaca que a região não deve ser vista apenas como uma área homogênea, pois ela demonstra relações, fluxos e interações que conectam diferentes espaços. A região pode ser entendida tanto como uma área com características semelhantes quanto como um espaço articulado por relações econômicas, políticas e sociais.

A regionalização seria o processo de divisão ou organização do espaço em regiões a partir de determinados critérios de análise. A regionalização consiste em um procedimento metodológico utilizado para entender o território, identificando padrões espaciais, áreas de influência e relações entre diferentes lugares. De acordo com Haesbaert, a regionalização não é um processo neutro, pois depende dos objetivos da análise e dos critérios adotados pelo pesquisador ou pelas instituições responsáveis pela delimitação regional (Haesbaert, 2010).

A regionalização pode ser realizada a partir de diferentes critérios, como aspectos naturais, econômicos, sociais ou políticos. Na geografia, esses critérios são utilizados para determinar regiões que apresentam características semelhantes, nos fazendo entender melhor a organização do espaço e as relações existentes entre diferentes áreas do território. Nesse sentido, a regionalização é um instrumento importante para a análise espacial, pois possibilita identificar áreas com características semelhantes e compreender as dinâmicas que estruturam o território (Haesbaert, 2010).

Haesbaert destaca também que no contexto contemporâneo, as regiões não podem ser compreendidas apenas como espaços delimitados por fronteiras rígidas. As transformações econômicas, tecnológicas e sociais aumentaram significativamente os fluxos e as comunicações entre diferentes territórios, tornando as regiões cada vez mais dinâmicas e ligadas entre si. As regiões passam a ser entendidas como espaços que combinam elementos de identidade territorial, com relações que ultrapassam seus limites definidos (Haesbaert, 2010).

Esses conceitos de região e regionalização, foram instrumentos importantes para a análise da organização espacial. Ao definir regiões e identificar suas características e relações, se torna possível compreender de maneira mais detalhada as dinâmicas territoriais e os processos que estruturam o espaço geográfico. Já no contexto de organização territorial e da distribuição de equipamentos urbanos, a regionalização permite identificar diferentes áreas dentro de um município, colaborando para o entendimento das desigualdades espaciais e das formas de organização do território.

2.3 Redes Urbanas

O conceito de redes urbanas é fundamental para entendermos a organização espacial e as relações existentes entre diferentes cidades e territórios. As cidades não funcionam de maneira isolada, pois estabelecem relações econômicas, sociais, políticas e administrativas entre si, formando sistemas de articulação espacial por meio dos quais circulam pessoas, mercadorias, informações, serviços e recursos. Nesse sentido, a análise das redes permite compreender tanto as conexões existentes entre os centros urbanos, quanto às diferenças de importância e de funções desempenhadas por cada cidade dentro da organização territorial.

Milton Santos (2006) descreve as redes a partir de uma perspectiva que não se limita à sua dimensão material. Para o autor, existem duas formas principais de abordagem, uma está relacionada à materialidade das infraestruturas responsáveis pelas conexões territoriais, e outra que considera também as relações sociais presentes nessas conexões. Assim as estradas, sistemas de transporte,

telecomunicações e demais infraestruturas apresentam a base material das redes, porém seu funcionamento depende dos agentes e dos fluxos que circulam através delas. Nesse sentido, Santos afirma que:

> [..] a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração" (Santos, 2006, p. 176 - 177).

Isso mostra que sua existência está relacionada não somente aos objetos materiais, mas também às pessoas, informações, valores e decisões que circulam pelo território.

Santos apresenta a polarização de pontos de atração e difusão como uma das formas de manifestação espacial das redes e associa diretamente esse processo às redes urbanas. Dessa maneira, as cidades podem ser como pontos ou nós que apresentam diferentes capacidades de atração, concentração e distribuição de fluxos. Alguns centros concentram maior quantidade de atividades econômicas, serviços, infraestrutura e funções administrativas, enquanto outros apresentam menor diversidade funcional e estabelecem relações de dependência com centros mais estruturados.

A rede urbana também deve ser compreendida como uma construção histórica. O autor destaca que as redes são formadas em diferentes momentos e modificadas conforme as transformações sociais e técnicas existentes no território. A estrutura atual de uma rede não pode ser entendida só pela observação das conexões já existentes, pois termina em um processo histórico no qual alguns objetos foram implantados, substituídos ou transformados de acordo com novas demandas da sociedade. Para o autor, compreender uma rede exige considerar tanto sua formação histórica quanto as relações que seus elementos mantêm com a vida social contemporânea:

> "Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica. A reconstituição dessa história é, pois, complexa, mas igualmente ela é fundamental, se queremos entender como uma totalidade a evolução de um lugar" (Santos, 2006, p. 177).

No período técnico-científico-informacional, as redes passam a possibilitar comunicações e relações econômicas cada vez mais rápidas, ampliando os fluxos

entre diferentes escalas territoriais. Santos (2006, p. 179) destaca que o avanço da ciência, da tecnologia e dos sistemas de informação fez com que a constituição das redes se tornasse cada vez mais planejada, considerando antecipadamente as funções que essas estruturas deveriam exercer. As redes passam, dessa maneira, a participar diretamente da integração econômica e territorial, permitindo relações mais intensas entre diferentes lugares.

Entretanto, essa integração não ocorre de maneira homogênea. A existência das redes não significa que todos os lugares possuam as mesmas condições de acesso à infraestrutura, aos serviços ou aos fluxos. Para Santos (2006, p. 180-181), tanto o espaço quanto as redes permanecem heterogêneos. Em um mesmo território podem coexistir redes principais e secundárias, com diferentes níveis de utilização e diferentes capacidades de conexão. Além disso, os agentes sociais não possuem as mesmas condições de controle e utilização dessas estruturas. Assim, determinados centros conseguem concentrar maior quantidade de infraestrutura, serviços e fluxos, enquanto outros ocupam posições menos favorecidas no sistema territorial.

Essa diferenciação permite compreender a formação de relações hierárquicas entre as cidades. Alguns centros urbanos apresentam maior capacidade de comando, oferta de serviços e influência sobre seus territórios próximos, enquanto cidades menores desempenham funções mais restritas. Santos (2006, p. 184) diferencia, nesse sentido, as funções exercidas pelas cidades locais e pelas cidades situadas em posições superiores no sistema urbano. As primeiras possuem determinado comando técnico sobre a área próxima, enquanto centros de maior importância possuem capacidade ampliada de comando, circulação, distribuição e regulação.

A partir dessa perspectiva, a rede urbana pode ser compreendida como um sistema formado por cidades com diferentes funções e graus de centralidade, conectadas através dos fluxos existentes no território. Essa diferenciação ajuda a explicar por que determinados serviços especializados, atividades administrativas e equipamentos de maior complexidade tendem a se concentrar em cidades com maior centralidade regional. Municípios menores podem possuir os equipamentos necessários para atender às demandas mais imediatas da população, mas depender

de outras cidades para serviços que exigem infraestrutura, recursos financeiros ou especializações não disponíveis localmente.

Outro elemento importante apresentado por Santos está relacionado à circulação. Segundo o autor, os fluxos passam a desempenhar um papel cada vez mais importante na organização espacial, uma vez que a circulação participa diretamente da transformação do valor e da importância dos lugares (Santos, 2006, p. 181). Nesse processo, a existência de infraestrutura de transporte e comunicação influencia a capacidade de determinada localidade de integrar-se às relações econômicas e sociais existentes em diferentes escalas. Os lugares utilizam recursos materiais, como estruturas e equipamentos, e recursos imateriais, como serviços, para fortalecer sua posição dentro dessas relações territoriais.

As redes permitem ainda estabelecer relações entre as escalas local, regional, nacional e global. Santos (2006, p. 182) argumenta que as manifestações locais e regionais das redes não podem ser analisadas separadamente das relações mais amplas nas quais estão inseridas. O lugar constitui a escala em que os fragmentos das redes assumem características concretas, mas suas dinâmicas também são influenciadas por processos que ocorrem em outras escalas. Dessa forma, uma cidade de pequeno porte pode estar diretamente relacionada a centros regionais ou nacionais por meio de fluxos econômicos, administrativos, populacionais e de serviços.

A relação entre redes e território também apresenta uma dimensão de poder. A organização das redes contribui para estabelecer diferentes capacidades de comando e controle entre os agentes e os lugares. Santos (2006, p. 183) destaca que a existência das redes é inseparável das relações de poder, uma vez que a divisão territorial do trabalho atribui funções diferenciadas aos agentes responsáveis pela organização do espaço. Consequentemente, a integração territorial produzida pelas redes pode ocorrer juntamente com o aumento das assimetrias entre diferentes cidades e regiões.

Além disso, a distribuição das redes e das infraestruturas necessárias ao seu funcionamento ocorre de maneira seletiva. Santos (2006) demonstra que a fluidez territorial depende da ação conjunta do poder público e dos agentes privados.

Ao Estado cabe importante papel na implantação de grandes sistemas técnicos e infraestruturas, enquanto agentes econômicos também estabelecem redes conforme seus próprios interesses. Por esse motivo, a possibilidade de circulação e conexão não é igual em todos os lugares nem utilizada da mesma maneira pelos diferentes grupos sociais (Santos, 2006, p. 187).

Essa interpretação é especialmente importante para compreender o município de Imbaú-PR. Por se tratar de um município de menor porte, sua inserção na rede urbana regional deve ser analisada considerando tanto os equipamentos e serviços disponíveis no território municipal quanto as relações estabelecidas com outros centros urbanos. A concentração de determinados equipamentos públicos na sede municipal cria uma centralidade interna, enquanto a inexistência ou a oferta limitada de serviços de maior complexidade pode produzir deslocamentos da população para cidades que ocupam posições superiores na rede urbana.

Nesse sentido, a distribuição dos equipamentos públicos e urbanos não deve ser interpretada somente pela localização individual de escolas, unidades de saúde, equipamentos administrativos ou demais serviços. Esses equipamentos constituem elementos da organização territorial e participam da produção de fluxos entre as localidades rurais, a sede municipal e outros municípios. A presença ou ausência de determinado equipamento influencia os deslocamentos da população e, consequentemente, as relações de centralidade e dependência existentes no território.

A concentração dos equipamentos públicos na sede urbana de Imbaú e a menor disponibilidade desses serviços nas localidades rurais contribuem para a existência de deslocamentos internos em direção à área urbana. Ao mesmo tempo, serviços e equipamentos de maior complexidade que não estão disponíveis no município podem aumentar os deslocamentos para centros regionais mais estruturados.

Portanto, compreender as redes urbanas é fundamental para analisar a dispersão dos equipamentos públicos e urbanos no município. As redes demonstram que a localização dos equipamentos está relacionada não apenas às características internas de Imbaú, mas também à posição ocupada pelo município dentro de uma

estrutura territorial mais ampla. A articulação entre infraestrutura, serviços, circulação e diferentes níveis de centralidade contribui para explicar tanto a concentração dos equipamentos na sede municipal quanto a dependência de outros centros para o atendimento de determinadas demandas da população.

2.4 Planejamento Territorial e Gestão Urbana

O conceito de planejamento territorial está relacionado à organização e na distribuição do espaço geográfico, envolvendo diretamente também diretrizes, estratégias e instrumentos que estruturam o uso e a ocupação do território. O planejamento territorial engloba aspectos sociais, políticos e econômicos que influenciam a produção do espaço. Nesse sentido, o planejamento pode ser entendido como uma prática que busca intervir na realidade espacial,.

O planejamento urbano deve ser entendido como um processo que envolve decisões políticas e disputas de interesses, não sendo, portanto, uma atividade neutra ou puramente técnica:

> [...] intervenções de planejamento e mecanismos de gestão, sejam protagonizados pelo Estado ou por agentes da sociedade civil, precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente. (Souza, 2001, p. 83)

Essa perspectiva mostra que o planejamento territorial está dentro de um contexto de relações de poder, no qual diferentes agentes (Estado, o mercado e a sociedade civil) influenciam na organização do espaço urbano.

A sociedade civil interfere no planejamento territorial porque o território não é produzido apenas pelas decisões do Estado ou pelos interesses econômicos do mercado, mas também pelas necessidades, reivindicações e ações da população. Essa participação ocorre por meio de associações de moradores, movimentos sociais, organizações comunitárias, audiências públicas e reivindicações por infraestrutura, serviços e equipamentos públicos. No caso de Imbaú-PR, essa relação pode ser observada nas Leituras Comunitárias realizadas durante a elaboração do Plano Diretor Municipal. Nessas atividades, a população apresentou demandas relacionadas à saúde, ao saneamento, ao transporte e à infraestrutura,

demonstrando como suas necessidades podem influenciar a definição de prioridades do planejamento municipal.

A partir disso, o planejamento territorial apresenta um papel importantíssimo na localização de infraestruturas e equipamentos públicos. A implantação de escolas, unidades de saúde, sistemas de transporte e demais serviços urbanos está diretamente relacionada às diretrizes estabelecidas pelos instrumentos de planejamento, como o Plano Diretor Municipal. Dessa forma, o planejamento colabora para a estruturação e distribuição dos serviços, podendo diminuir ou aumentar desigualdades socioespaciais, dependendo das estratégias adotadas.

> Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. (Souza, 2006, p. 61).

A gestão urbana está relacionada à realização e à administração das políticas e ações definidas no planejamento. Enquanto este determina determina leis e objetivos, a gestão urbana envolve a execução dessas propostas no cotidiano dos municípios, incluindo a administração dos serviços públicos, a manutenção de infraestrutura e a conexão entre diferentes órgãos e instituições. Assim, a gestão urbana pode ser compreendida como a dimensão prática do planejamento territorial, sendo responsável por garantir o funcionamento e a efetividade das políticas públicas no espaço urbano (Souza, 2006).

É importante destacar que a gestão urbana deve ser entendida como um processo dinâmico, que necessita de uma constante adaptação às transformações sociais e territoriais. A cidade é um espaço em permanente mudança, e, por isso, a gestão precisa ser capaz de responder às novas demandas da população e às alterações nas dinâmicas econômicas e espaciais (Souza, 2006).

Em relação ao município de Imbaú-PR há uma limitação de recursos financeiros e institucionais podendo assim, influenciar diretamente a capacidade de implementação de políticas públicas, afetando a distribuição e o acesso aos equipamentos públicos. A análise do planejamento territorial, principalmente a partir do Plano Diretor Municipal, permite compreender como são definidas leis para a organização do território, enquanto a gestão urbana revela como essas leis atuam na prática.

2.5 Equipamentos Públicos e Urbanos

Segundo a ABNT NBR 9050:2015, os equipamentos públicos e urbanos são elementos fundamentais para o funcionamento da cidade e prevê a garantia de:

> [...] acessibilidade, possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (NBR, 2015)

A norma define equipamento urbano como “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, em espaços públicos e privados” (NBR, 2015). A partir dessa definição, os equipamentos urbanos compreendem estruturas e instalações que oferecem serviços à população, como escolas, bibliotecas, unidades de saúde, delegacias, espaços culturais, áreas de lazer, parques, praças, equipamentos esportivos, estabelecimentos bancários e demais serviços de atendimento ao público.

A norma também diferencia os equipamentos urbanos do mobiliário urbano. Enquanto os equipamentos urbanos correspondem às estruturas destinadas à prestação de serviços à população, o mobiliário urbano é composto pelos objetos instalados nos espaços públicos, como bancos, lixeiras, telefones públicos, semáforos, postes de sinalização, quiosques e bebedouros.

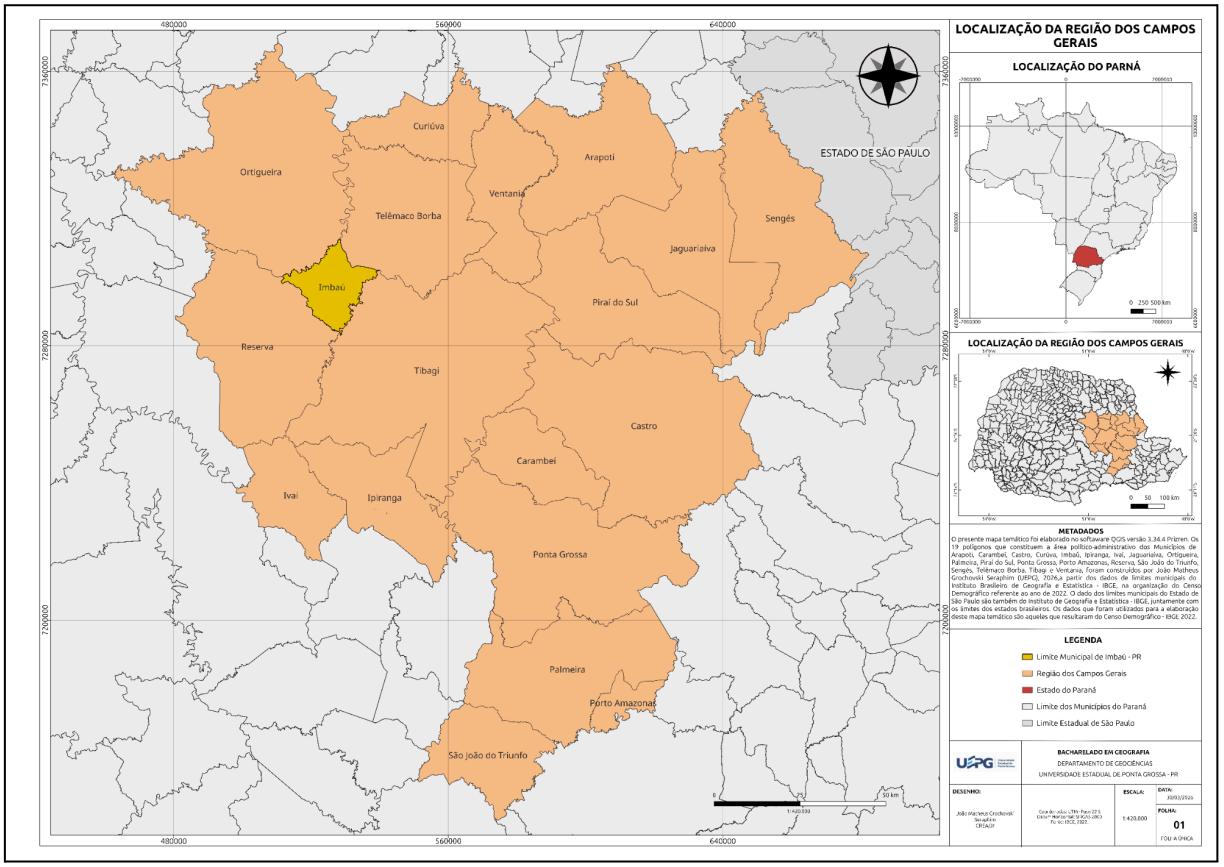
No contexto dos equipamentos públicos urbanos, pode-se compreender que são aqueles equipamentos urbanos pertencentes ao poder público ou destinados ao atendimento coletivo da população, como prefeituras, câmaras municipais, escolas públicas, postos de saúde, bibliotecas, centros comunitários, conselhos tutelares, delegacias, rodoviárias, cemitérios e demais serviços públicos. Embora a NBR 9050 utilize o termo geral “equipamento urbano”, ela estabelece que tais espaços devem ser planejados e adaptados para garantir acessibilidade, autonomia e segurança a todas as pessoas, independentemente de suas limitações de mobilidade ou percepção.

3. FRAGMENTAÇÃO MUNICIPAL E O PROCESSO HISTÓRICO - GEOGRÁFICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ - PR

O município de Imbaú localiza-se na região dos Campos Gerais do estado do Paraná, integrando atualmente a Região Geográfica Imediata de Telêmaco Borba e a Região Geográfica Intermediária de Ponta Grossa, conforme a regionalização estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017.

A inclusão de Imbaú na região dos Campos Gerais (Mapa 1) influencia na sua organização econômica e territorial, principalmente devido à grande presença das atividades agropecuárias, silvicultura e dos serviços relacionados ao fluxo rodoviário regional. Os Campos Gerais são uma importante região natural e histórica do Paraná, marcada pela integração entre atividades econômicas, circulação regional e ocupação territorial.

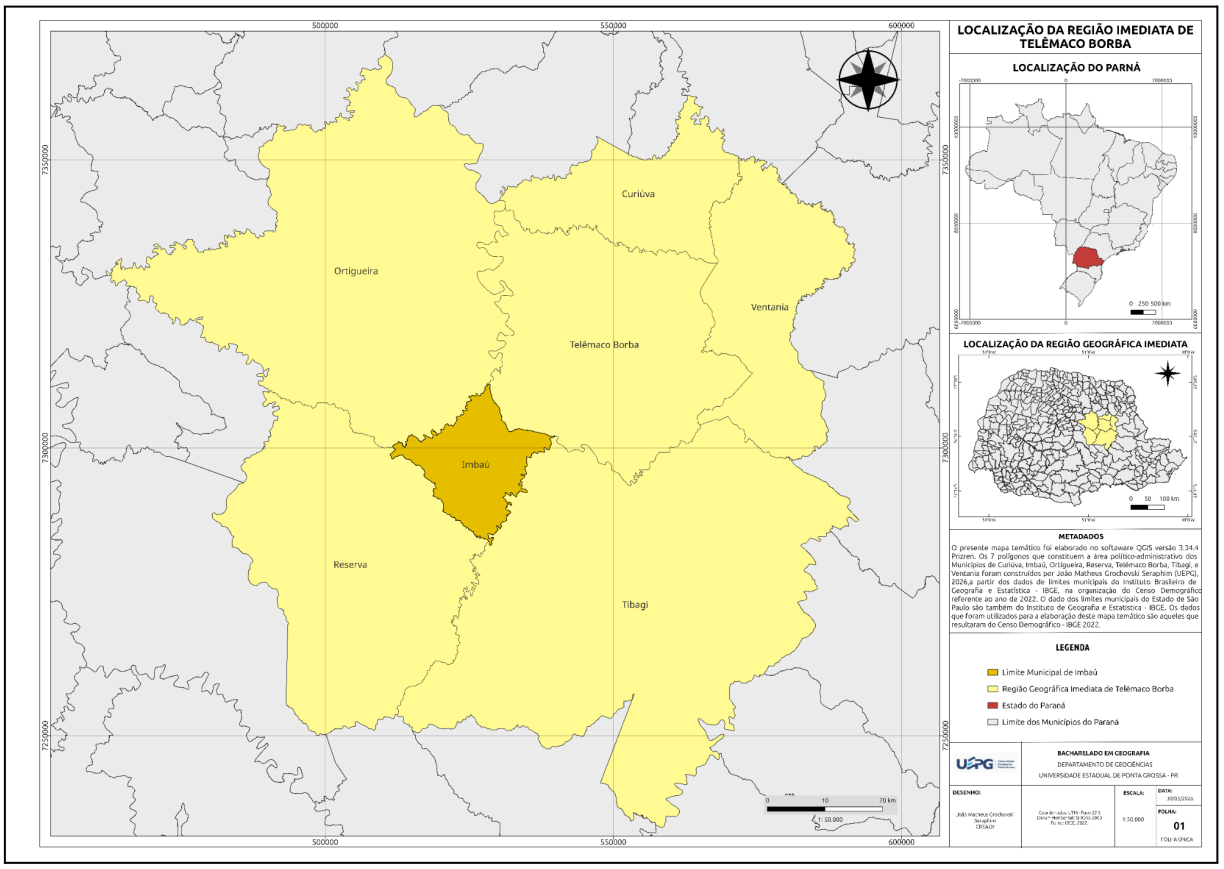
MAPA 1 - Localização Geográfica da Região dos Campos Gerais



Elaboração: Seraphim, 2026

A Região Geográfica Imediata de Telêmaco Borba (Mapa 2) corresponde a uma subdivisão regional definida pelo IBGE (2017) a partir das relações de circulação, serviços e influência exercidas por um centro urbano sobre os municípios vizinhos. Nesse contexto, Imbaú integra essa região imediata juntamente com os municípios de Curiúva, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania (IBGE, 2017). A cidade de Telêmaco Borba apresenta um papel de centralidade regional, juntando atividades econômicas, serviços de saúde, comércio especializado, instituições de ensino e infraestrutura urbana que atendem os municípios do entorno.

MAPA 2 - Localização Geográfica da Região Imediata de Telêmaco Borba



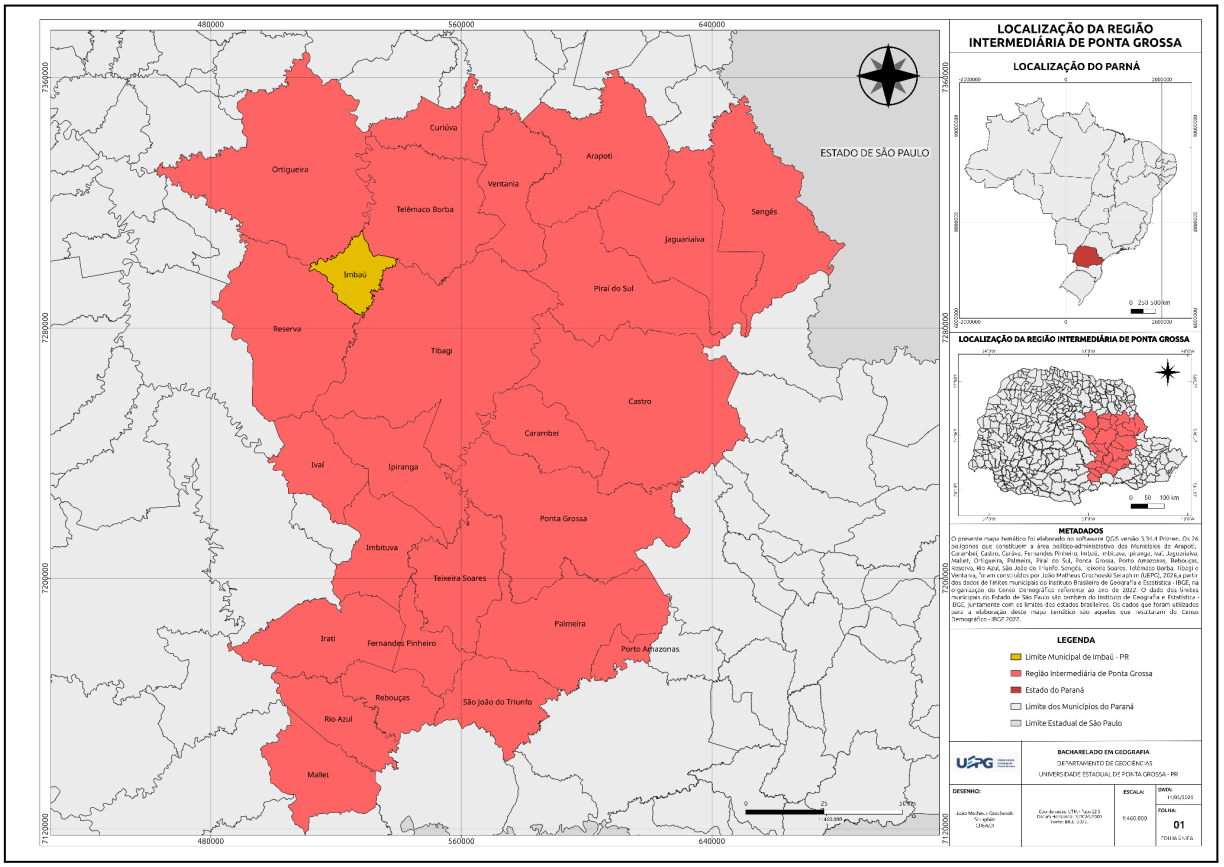
Elaboração: Seraphim, 2026

A partir disso, o município de Imbaú evidencia sua dependência funcional em relação a esse centro regional, principalmente na oferta de serviços especializados e atividades econômicas de maior complexidade. Além disso, as conexões rodoviárias, principalmente através da BR-376, ajudam no fluxo populacional, comercial e institucional entre os municípios da região. Dessa forma, a

organização espacial de Imbaú está diretamente ligada à dinâmica regional comandada por Telêmaco Borba, influenciando também a distribuição dos equipamentos públicos e urbanos no território municipal.

A Região Geográfica Intermediária de Ponta Grossa (Mapa 3) possui papel estratégico na articulação territorial do centro-leste paranaense, funcionando como um importante eixo de integração econômica, logística e institucional entre o interior do Paraná e a capital Curitiba. Essa regionalização é estruturada a partir da influência de Ponta Grossa sendo um centro urbano regional de grande importância, concentrando serviços especializados, instituições de ensino superior, atividades industriais e infraestrutura de transporte. A presença de importantes rodovias, como a BR-376 e a BR-277, fortalece a centralidade regional de Ponta Grossa e aumenta a disparidade sobre municípios menores, incluindo Imbaú.

MAPA 3 – Localização Geográfica da Região Intermediária de Ponta Grossa



Elaboração: Seraphim, 2026

Através da condição de hierarquia urbana regional, os municípios pequenos acabam articulando parte significativa de seus fluxos administrativos e institucionais

com centros urbanos maiores. Dessa forma, a Região Intermediária de Ponta Grossa não representa apenas uma divisão territorial administrativa, mas uma estrutura regional marcada pela concentração de funções urbanas e pela integração espacial entre diferentes municípios dos Campos Gerais e do centro do Paraná.

3.1. Fragmentação Municipal e Emancipações

O processo de fragmentação municipal no Brasil está diretamente associado às transformações político-institucionais que aumentaram significativamente a partir da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o município como unidade federativa autônoma. A partir desse momento, houve um grande crescimento no número de municípios (Gráfico 1), principalmente na década de 1990, período em que ocorreu uma reconfiguração da malha político-administrativa do país. Esse processo foi motivado tanto por demandas locais por autonomia quanto por incentivos institucionais e fiscais, que tornaram a emancipação uma estratégia viável para diversas localidades.

> [...] a população busca encontrar na emancipação, uma nova maneira de obter e aumentar os recursos financeiros para a comunidade local, visando proporcionar melhorias para os cidadãos, nas áreas da educação, da saúde, da habitação e dos serviços públicos afins. É certo que é preciso estabelecer critérios, mas a rigidez excessiva tem demonstrado descrédito para os municípios de modo geral. (Souza, 2015, p. 62)

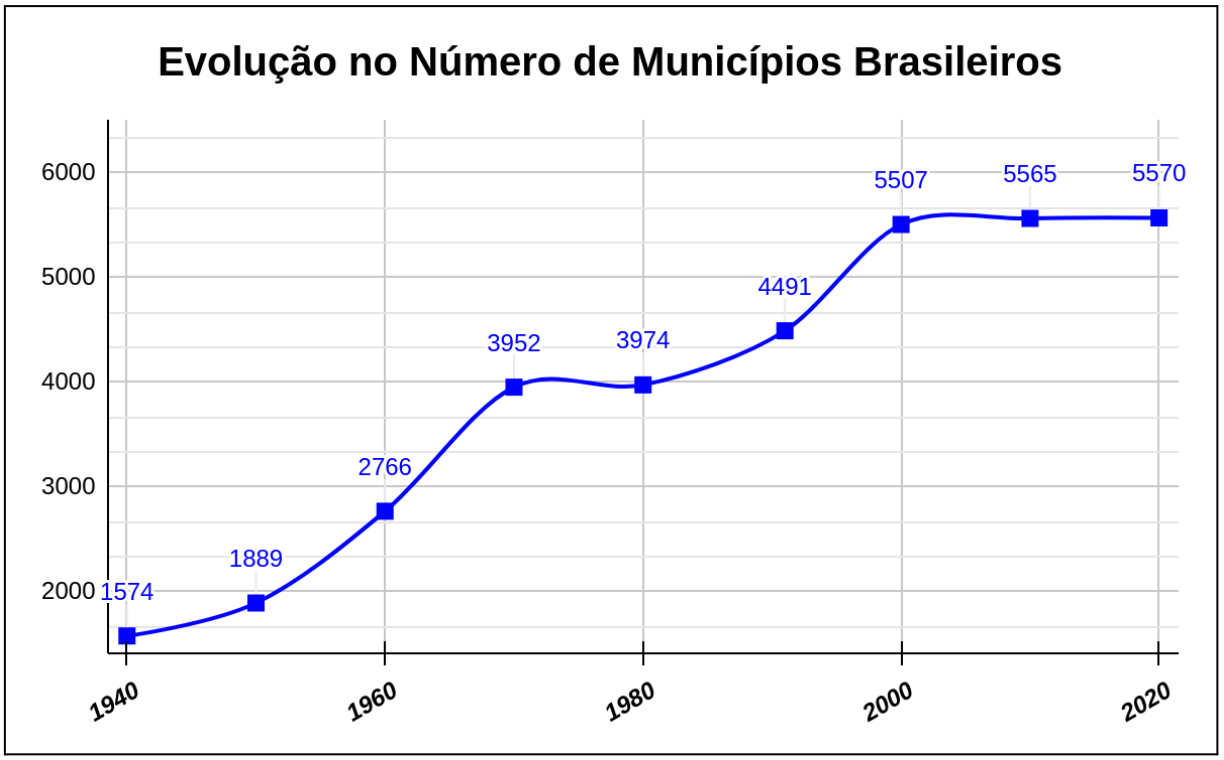
Do ponto de vista histórico, a criação de municípios no Brasil sempre esteve junto a interesses políticos e territoriais. Assim, no período pós-1988, esse processo passou a estar muito associado à descentralização administrativa e no aumento do acesso a recursos públicos.

A emancipação municipal também passou a atender a interesses de lideranças locais e à busca por maior controle político e econômico do território, além de possibilitar a ampliação do acesso a serviços públicos em determinadas localidades.

> Os motivos apontados para justificar o anseio de emancipação municipal diferem de acordo com as características de cada lugar. Em geral, são apontados fatores como a existência de uma base econômica consolidada propícia à sustentação de um novo município. A grande extensão territorial do município de origem associada ao descaso pelos distritos que apresentam ausência de serviços públicos essenciais à população. Há ainda o caso de distritos que alegam estagnação econômica, afirmando que

> só poderiam se desenvolver mediante a independência político-administrativa. (Souza; Alencar, 2020, p. 313)

GRÁFICO 1 – Aumento no Número de Municípios Brasileiros ao longo das Décadas



Elaboração: Seraphim, 2026

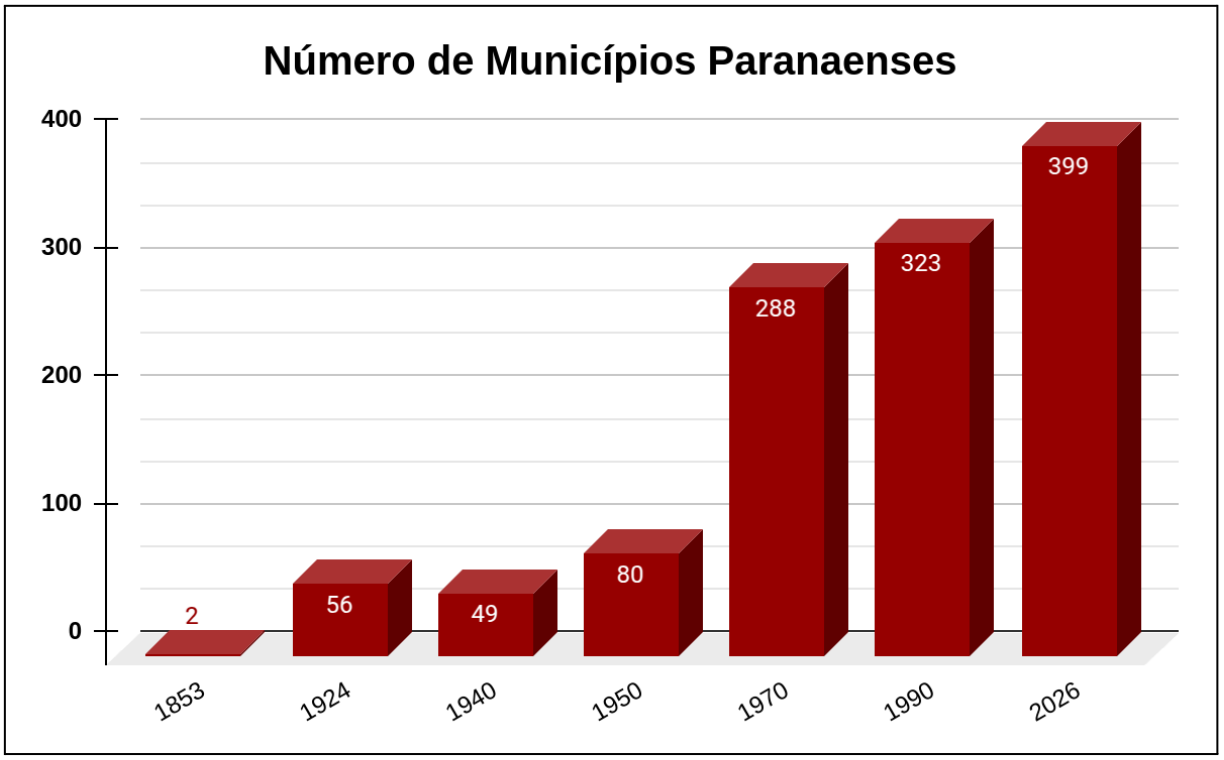
Fonte: IBGE, 2022

O estado do Paraná seguiu nesse mesmo caminho com emancipações de municípios apresentando uma grande intensificação principalmente entre o final dos anos 1970 e 1980 juntamente com a década de 1990 (Gráfico 2). Nesse período, diversos municípios foram criados (incluindo o município de Imbaú que se emancipou de Telêmaco Borba em 1995), especialmente em regiões de menor densidade populacional, como forma de estruturar administrativamente o território e promover o desenvolvimento local. Esse processo esteve diretamente relacionado à reorganização territorial e à tentativa de melhoria das condições de vida da população.

Além disso, as emancipações foram justificadas pela expectativa de fortalecimento das administrações locais, melhoria da infraestrutura urbana e o aumento da oferta de serviços públicos à população. Em muitos casos, a criação de novos municípios foi defendida como alternativa para aproximar a gestão pública das demandas locais e reduzir a dependência administrativa em relação aos

municípios de origem. No Paraná, esse processo ocorreu de maneira bastante significativa no interior do Estado, onde as grandes distâncias territoriais e a concentração dos serviços nas sedes municipais dificultaram o acesso da população aos equipamentos públicos e às estruturas administrativas.

GRÁFICO 2 – Aumento no Número de Municípios Paranaenses ao longo das Décadas



Elaboração: Seraphim, 2026

Fonte: IPARDES, 2024

A emancipação do município de Imbaú deve ser entendida em um contexto maior do processo de fragmentação territorial ocorrido no Brasil após a Constituição de 1988. Sua emancipação pode ser entendida como parte desse movimento, tentando reorganizar o seu território a partir de uma escala local de gestão. Do ponto de vista geoeconômico, esse processo provocou mudanças importantes na estrutura administrativa e financeira do município, principalmente com o acesso direto a transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que se tornou uma das principais fontes de receita para municípios de pequeno porte.

> O FPM é uma transferência redistributiva. Ou seja, os recursos são entregues a cada município de acordo com uma fórmula de partilha, previamente determinada, sem qualquer relação com o montante de impostos arrecadados no próprio município. [...] O caso do FPM é distinto: a distribuição é feita, principalmente, em função da população municipal, como se verá em detalhe mais adiante. (Cossio; Mendes; Miranda, 2008, p. 3)

Mesmo após a emancipação, Imbaú permanece incluído na dinâmica regional de Telêmaco Borba, que apresenta função de centralidade regional na oferta de serviços especializados, comércio e atividades econômicas. Dessa forma, o município continua dependente de centros urbanos maiores para determinadas funções urbanas e institucionais, evidenciando uma inserção subordinada na rede urbana regional.

Do ponto de vista populacional, a emancipação ocorreu em um momento de crescimento demográfico regular, influenciado principalmente pela expansão das atividades econômicas regionais ligadas ao setor florestal, agrícola e de serviços. Dados do IBGE (Tabela 1) indicam que o município apresentou crescimento populacional entre os censos demográficos posteriores à emancipação.

TABELA 1 - Evolução Populacional de Imbaú - PR

Censo	População
1970	2.603
1980	4.814
1991	6.807
2010	11.274
2022	14.249

Fonte: IBGE, 2026
Elaboração: Seraphim, 2026

A evolução populacional de Imbaú demonstra um crescimento contínuo durante as últimas décadas, apresentando transformações importantes na organização territorial e urbana do município. Conforme os dados censitários, a população passou de 2.603 habitantes em 1970 para 4.814 em 1980, apresentando um pequeno crescimento ainda no período em que o município fazia parte de Telêmaco Borba. Esse aumento populacional continuou nos próximos anos, alcançando 6.807 habitantes em 1991, período próximo à emancipação municipal ocorrida em 1995.

Após sua emancipação, o município manteve crescimento populacional, chegando a 11.274 habitantes em 2010 e 14.249 habitantes no Censo de 2022, além da estimativa atual de aproximadamente 15.068 habitantes. Esse crescimento demográfico pode estar relacionado tanto à consolidação da estrutura político-administrativa do município quanto à ampliação de serviços públicos e da infraestrutura urbana após a emancipação.

Além disso, a expansão populacional também reflete a inserção de Imbaú nas dinâmicas econômicas regionais dos Campos Gerais e da Região Imediata de Telêmaco Borba, principalmente ligadas às atividades florestais, agropecuárias e ao setor de serviços. Entretanto, o aumento da população também aumenta demandas por equipamentos públicos, mobilidade, saúde, educação e infraestrutura urbana, ampliando os desafios do planejamento territorial e da distribuição equilibrada dos serviços no espaço municipal.

A descentralização administrativa pode ajudar no desenvolvimento local ao incentivar investimentos públicos e a criação de estruturas institucionais próprias. A emancipação municipal pode gerar impactos positivos no desenvolvimento regional ao ampliar a capacidade de decisões e fortalecimento da gestão territorial.

Entre os fatores positivos da fragmentação municipal, há a possibilidade de fortalecimento da escala local. A emancipação permite maior proximidade entre o poder público e a população, facilitando a identificação de demandas e a implementação de políticas públicas mais direcionadas. Segundo Márcia Silva e Idair Zinke:

> [...] a Constituição de 1988 atua como facilitadora do processo de criação de municípios, não somente como mecanismo de desenvolvimento para estes novos territórios, mas para além disso, como uma forma de promover a democracia e o direito aos serviços básicos para toda a população, visto que muitas vezes os então distritos se viam em condições de abandono pelos municípios aos quais pertenciam. Tendo muitas vezes, pouca representação política na busca de mais investimentos e melhores serviços para suas respectivas populações. (Silva; Zinke, 2016, p. 156)

No entanto, os aspectos negativos da fragmentação municipal são muito reconhecidos. Um dos principais problemas é a fragilidade econômica de muitas cidades recém criadas. Grande parte apresentam forte dependência de transferências intergovernamentais, o que limita sua independência financeira e compromete a sustentabilidade das políticas públicas. Além disso, há evidências de

que a emancipação pode elevar os custos administrativos sem necessariamente resultar em melhorias proporcionais nos investimentos sociais.

> Isso pode ser problemático, pois esse modelo fiscal faz com que o financiamento não venha de impostos cobrados a nível local, quebrando a ligação direta entre o que o cidadão paga de impostos e o que ele recebe de serviços públicos, não incitando a população a fiscalizar a ação do governo. Isso também pode estimular um comportamento *free rider*, com cada um dos governos locais pressionando o governo central para obter transferências adicionais, repassando o custo dos serviços públicos locais para o resto do país. (Lima; Leite, 2021)

A fragmentação municipal também pode aumentar os custos administrativos e reduzir economias de escala e dependência crescente de transferências intergovernamentais, sem necessariamente ampliar de forma significativa sua arrecadação própria (Lima; Leite, 2021), dificultando a oferta eficiente de serviços públicos, especialmente em municípios de pequeno porte. Essa situação impacta diretamente a distribuição dos equipamentos públicos, que tendem a se concentrar na sede municipal, deixando áreas rurais e periféricas com menor cobertura.

> Não é simples definir necessidade de gastos. Afinal, todo município desejaria dispor do conjunto mais amplo possível de bens e serviços públicos. Certamente, todas as cidades gostariam, por exemplo, de ter um hospital público amplamente aparelhado para atender a todo tipo de enfermidade. Isso, porém, não é economicamente viável em comunidades com população pequena, que não apresentam escala suficiente para operar esse tipo de serviço público (faltariam doentes para serem atendidos em todas as modalidades de serviço oferecidas, ficando o hospital ocioso). Em uma cidade pequena é possível haver clientela suficiente para justificar a construção de uma escola primária, mas faltará demanda suficiente para justificar uma universidade. Não seria eficiente montar um sistema de transferências destinado a financiar um padrão de gastos públicos como esse. ((Cossio; Mendes; Miranda, 2008, p. 4)

Do ponto de vista do desenvolvimento local, e em relação aos equipamentos públicos e urbanos, essa fragmentação municipal apresenta impactos diretos e conflitantes. Por um lado, a emancipação se apresenta na necessidade de implantação de equipamentos básicos, como escolas, unidades de saúde (UBS) e estruturas administrativas, o que pode representar um avanço em termos de acesso local. Por outro lado, a limitação de recursos financeiros e técnicos tendem a diminuir a quantidade e a qualidade desses equipamentos, resultando em sua concentração na sede municipal.

A falta de alinhamento entre diferentes unidades administrativas podem gerar uma distribuição desigual de equipamentos e serviços, aumentando padrões de dispersão e desigualdade socioespacial. Esse padrão mostra uma lógica de

centralização interna em municípios menores pela baixa arrecadação e a dependência de transferências, dificultando a ampliação da rede de equipamentos no território, na qual os equipamentos públicos se concentram na área urbana principal, enquanto áreas rurais e periféricas permanecem com menor cobertura de serviços.

Dessa forma, observa-se que o processo de fragmentação municipal ocorrido no Brasil após a Constituição Federal de 1988 esteve diretamente relacionado às transformações político-administrativas e territoriais do país. A ampliação da autonomia municipal e o fortalecimento das demandas por autonomia administrativa, impulsionaram a criação de novos municípios principalmente em áreas de interior e afastadas dos grandes centros urbanos. As emancipações foram frequentemente justificadas pela necessidade de aproximar a administração pública das demandas locais, aumentar os investimentos em infraestrutura e fortalecer a oferta de serviços públicos à população.

Embora a emancipação municipal tenha possibilitado maior autonomia administrativa e política, também trouxe desafios relacionados à capacidade financeira, ao planejamento territorial e à implantação dos equipamentos públicos e urbanos. Em muitos municípios pequenos, a limitação de recursos econômicos e a dependência regional dificultaram a consolidação de estruturas administrativas mais complexas e a ampliação dos serviços públicos para todo o território municipal. No caso de Imbaú, a formação de uma nova estrutura administrativa exigiu a implantação gradual de equipamentos públicos ligados à saúde, educação, assistência social e infraestrutura urbana, concentrados principalmente na sede municipal, formando o processo de centralização desses equipamentos.

Além disso, a própria configuração territorial do município, marcada pela predominância de áreas rurais e pela dispersão populacional, ajudou para a concentração dos equipamentos urbanos em áreas centrais e para a menor oferta de serviços em localidades mais afastadas. Esse processo mostra que a emancipação político-administrativa, apesar de representar maior autonomia territorial, não elimina automaticamente as desigualdades espaciais existentes. Pelo contrário, em muitos casos, os municípios recém-emancipados passam a enfrentar

dificuldades relacionadas à manutenção da infraestrutura urbana, à gestão territorial e à distribuição equilibrada dos serviços públicos.

3.2 Formação Histórico-Geográfica

A formação histórico-geográfica de Imbaú está diretamente relacionada à expansão da ocupação territorial no interior paranaense ao longo da segunda metade do século XX. Segundo André Coraiola (2003), a origem do município remonta ao início da década de 1960, período em que se instalou na localidade a empreiteira Cirol, responsável pelas obras de construção da Rodovia do Café. A presença da empresa atraiu trabalhadores e famílias para a região, formando um núcleo populacional que passou a concentrar atividades comerciais e prestação de serviços. Conforme destaca o autor,

> [...] essa empresa acabou contratando centenas de pessoas para os trabalhos civis, acabando por se tornar um polo de referência residencial, atraindo outras centenas de pessoas, que ali ficaram radicadas, montando comércios ou praticando atividades de prestadores de serviços.” (Coraiola, 2003, p. 241).

Inicialmente, a localidade era mais conhecida como Cirol do que propriamente Imbaú, permanecendo até a década de 1980. O crescimento populacional e a consolidação das atividades econômicas ajudaram na construção das primeiras estruturas urbanas e serviços públicos. De acordo com Coraiola (2003), as primeiras obras públicas ocorreram em 1972, quando foram construídos equipamentos básicos como praça, cemitério e infraestrutura de eletrificação urbana, ainda sob administração do município de Telêmaco Borba.

O processo de emancipação político-administrativa ocorreu de maneira gradual. Em 1977 foi criado oficialmente o Distrito Judiciário de Imbaú e depois na década de 1980, aumentaram os movimentos favoráveis à emancipação municipal. O primeiro plebiscito realizado em 1990 teve resultado contrário à emancipação, mas um segundo plebiscito realizado em 1995 aprovou a criação do município. Assim, através da Lei Estadual nº 11.220, de 08 de dezembro de 1995, Imbaú foi oficialmente emancipado de Telêmaco Borba (Coraiola, 2003).

Após a emancipação, o município passou a estruturar sua administração pública e consolidar sua organização territorial. Segundo Coraiola (2003), Imbaú ganhou grande parte da área agropastoril que antes pertencia a Telêmaco Borba,

fortalecendo atividades ligadas à agricultura, pecuária e silvicultura. Atualmente, essas atividades continuam exercendo papel importante na economia municipal, junto com o comércio e os serviços relacionados ao atendimento da população local e dos fluxos rodoviários regionais.

Nesse contexto, compreender a contextualização histórica e regional de Imbaú torna-se fundamental para analisar a lógica de dispersão dos equipamentos públicos e urbanos no município. A formação territorial, o processo de emancipação e sua inserção regional influenciam diretamente a organização espacial, a distribuição dos serviços públicos e as dinâmicas socioeconômicas presentes no território municipal.

3.1.1 O “efeito Klabin” no território Imbauense

A presença da Klabin[1] teve influência direta na formação territorial e no desenvolvimento socioeconômico da área onde está localizado o município de Imbaú. Mesmo antes da emancipação municipal, a dinâmica regional era bem estruturada pelas atividades industriais e florestais vinculadas à empresa em Telêmaco Borba. A expansão da indústria de papel e celulose ajudou diretamente para a abertura de estradas, circulação de trabalhadores e consolidação de núcleos populacionais na região. Conforme o documento do convênio entre o DER, a Prefeitura e a Klabin,

> [...] o asfaltamento dos 27 quilômetros que ligam a Rodovia do Café à aquela cidade (Telêmaco Borba). Nela, está situada a maior fábrica de celulose do Brasil, Indústrias Klabin S/A., cujo escoamento da produção obterá também um grande impulso, dada a facilidade com que chegará à Rodovia do Café e, consequentemente, aos grandes centros consumidores do país. (Convênio DER/Klabin, s.d., p. 21).

A presença da Klabin no município também pode ser observada na organização econômica regional, principalmente através da expansão da silvicultura e das atividades ligadas ao setor madeireiro e de celulose. O documento destaca que a região de Telêmaco Borba passava por um “impressionante surto de

[1] A Klabin “Maior produtora e exportadora de papéis para embalagens e de soluções sustentáveis em embalagens de papel do Brasil, a Klabin desponta como empresa inovadora, única do País a oferecer ao mercado uma solução em celuloses de fibra curta, fibra longa e fluff, além de ser líder nos mercados de embalagens de papelão ondulado, sacos industriais e papel-cartão (Klabin, 2026).”

progresso”, exigindo obras de infraestrutura capazes de atender às demandas econômicas da indústria e aumentar a integração territorial (Convênio DER/Klabin, s.d.). Nesse contexto, áreas que formariam o município de Imbaú, passaram a integrar uma dinâmica regional muito dependente das atividades industriais e florestais promovidas pela empresa.

Mesmo após a emancipação de Imbaú, em 1995, a influência da Klabin permaneceu presente na organização territorial e econômica do município. A economia local continua ligada nas atividades florestais, ao transporte rodoviário e aos serviços associados à produção de madeira e celulose. Além disso, a estrutura fundiária regional, marcada pela presença de grandes áreas de reflorestamento, influencia diretamente no uso do solo, na distribuição populacional e na própria distribuição territorial dos equipamentos públicos e urbanos no município.

Outro aspecto importante é a infraestrutura regional construída a partir das necessidades logísticas da empresa. A melhoria das rodovias e da circulação ajudou os fluxos econômicos e populacionais, contribuindo para a consolidação urbana de localidades próximas, incluindo Imbaú. Dessa forma, a presença histórica da Klabin não se restringe apenas ao setor econômico, mas também participa da produção do espaço regional, influenciando a organização territorial, os fluxos urbanos e as relações socioeconômicas existentes até a atualidade.

3.1.2 A influência da Rodovia do Café

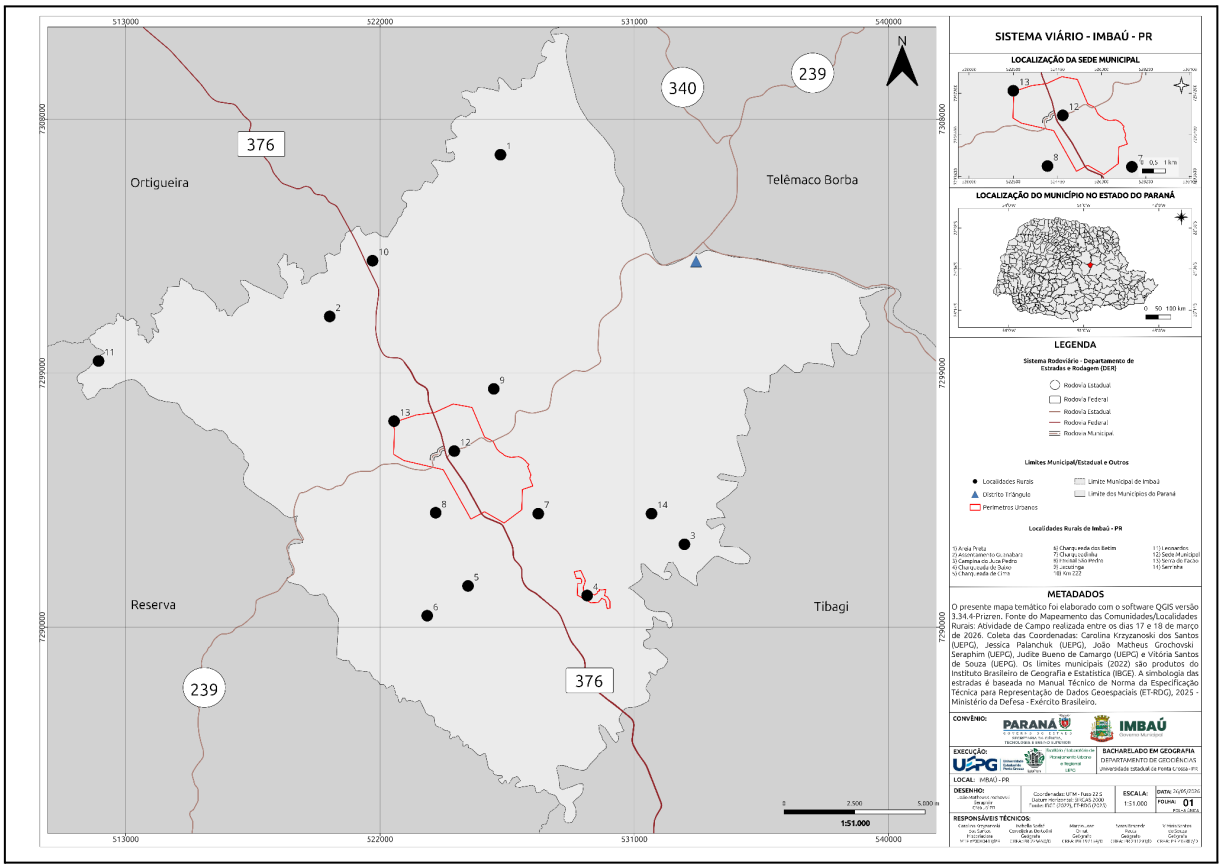
A consolidação da Rodovia do Café representou uma das principais transformações territoriais ocorridas no estado do Paraná durante a segunda metade do século XX, influenciando os fluxos econômicos e a integração regional do estado. Embora sua principal função estivesse relacionada ao escoamento da produção cafeeira paranaense, a rodovia também contribuiu para a expansão urbana e para o fortalecimento de núcleos populacionais ao longo de seu caminho.

No caso de Imbaú, sua localização próxima a esse eixo rodoviário (Mapa 4) favoreceu a circulação de trabalhadores, mercadorias e serviços, aumentando atividades comerciais e ampliando as conexões regionais do município. Segundo

Oliveira, a expansão da infraestrutura rodoviária associada ao ciclo do café foi fundamental para o desenvolvimento econômico do Paraná, especialmente pela criação de novas áreas de circulação e ocupação territorial.

> [..] A região cafeeira está ligada ao sul do Estado, onde se localiza a sua Capital e o litoral (Porto de Paranaguá), através da Rodovia do Café, com aproximadamente 400 km inteiramente asfaltados, fundada em 1967. É a estrada de integração da região com as demais zonas do Sul do Estado. Através dela são escoados a maioria dos produtos da região cafeeira. (Oliveira, 2005, p. 38)

MAPA 4 - Sistema Viário do Município de Imbaú



Elaboração: Seraphim, 2026

Além da questão econômica, a Rodovia do Café influenciou a organização espacial regional, contribuindo para a formação de centralidades urbanas e para o crescimento de localidades ligadas ao transporte rodoviário. A modernização das conexões territoriais possibilitou maior conexão entre municípios do interior paranaense e centros urbanos regionais, favorecendo processos de urbanização e reorganização produtiva.

Mesmo após a decadência da economia cafeeira, a infraestrutura construída permaneceu exercendo influência sobre a organização territorial de municípios como Imbaú. Atualmente, a BR-376 continua desempenhando papel estratégico na circulação regional, concentrando fluxos econômicos, serviços e deslocamentos populacionais. Dessa forma, a antiga Rodovia do Café passou a atuar como importante elemento estruturador do território paranaense, influenciando até hoje a dinâmica urbana e regional de Imbaú.

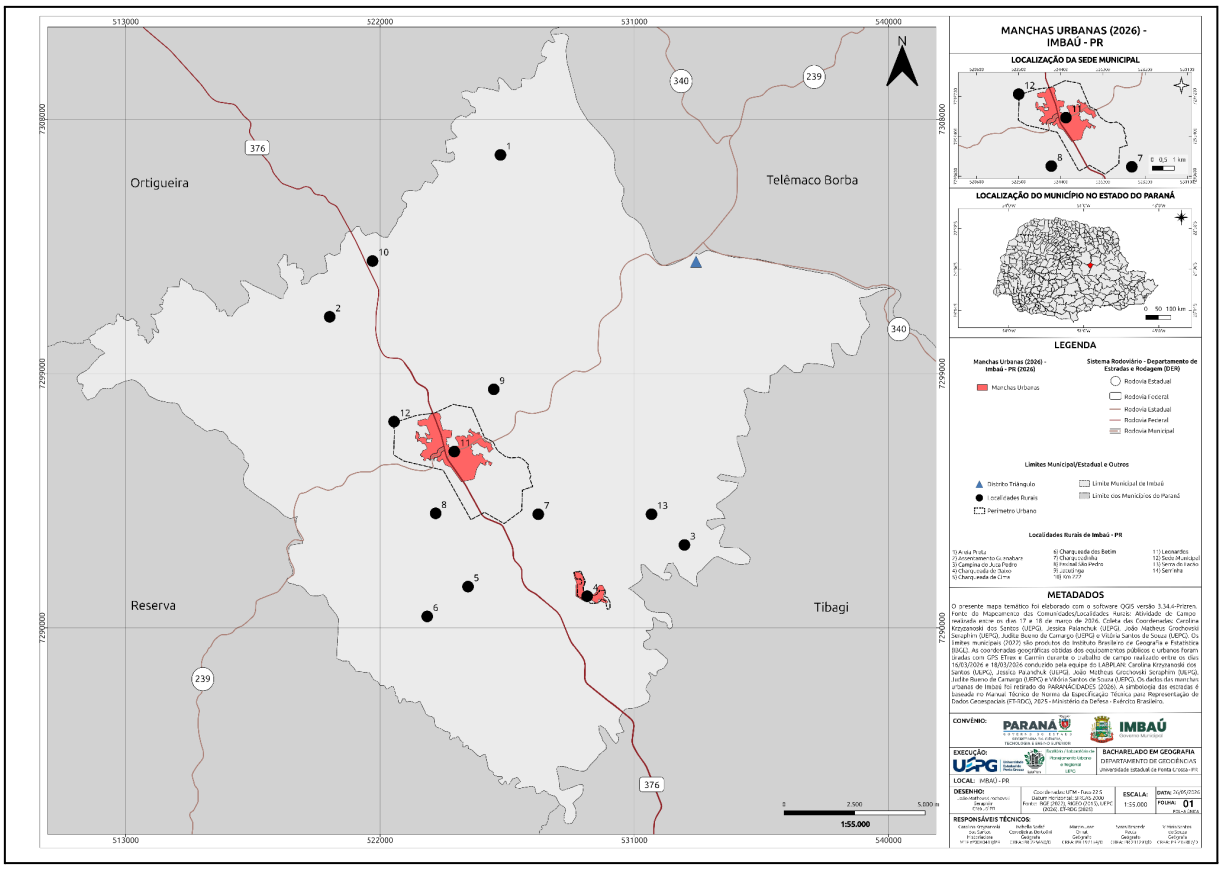
3.3 Caracterização Físico-Territorial

O município de Imbaú possui área territorial de aproximadamente 331,94 km² (IBGE, 2022), e sua configuração territorial apresenta predominância de áreas rurais, enquanto a mancha urbana (Mapa 5) ocupa uma porção reduzida do território municipal.

Além disso, a estrutura territorial de Imbaú demonstra forte relação entre o espaço urbano e o espaço rural, uma vez que grande parte da dinâmica econômica local depende diretamente das atividades desenvolvidas fora da área urbana. Nesse contexto, a reduzida dimensão da mancha urbana evidencia um processo de urbanização ainda concentrado, no qual a sede municipal funciona como principal núcleo administrativo, comercial e de prestação de serviços.

Essa configuração territorial também interfere diretamente na distribuição dos equipamentos públicos e urbanos, já que a dispersão das áreas rurais e as distâncias territoriais dificultam a ampliação da infraestrutura e do acesso aos serviços públicos em determinadas localidades. Assim, a predominância de áreas rurais no município apresenta um elemento importante para entender as dinâmicas de organização espacial e a lógica de dispersão dos equipamentos públicos no município.

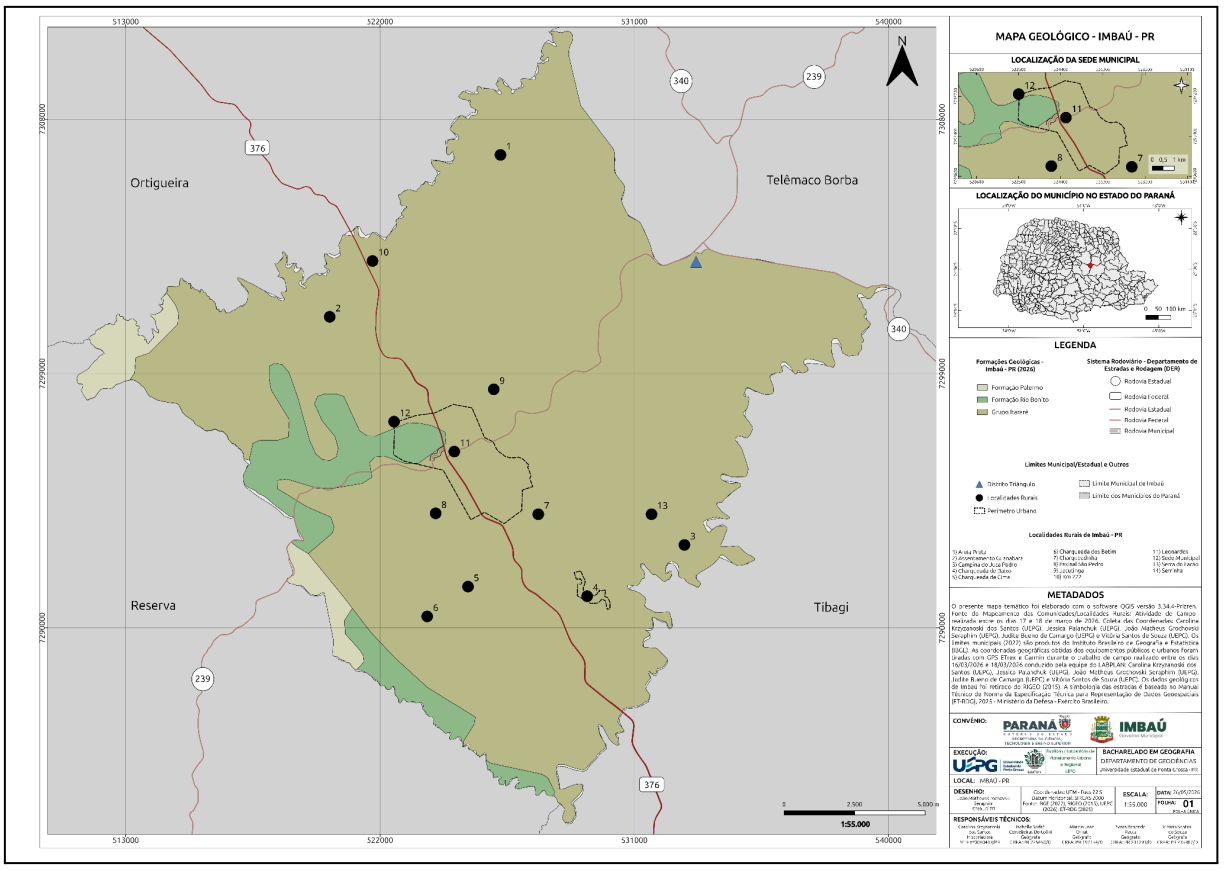
MAPA 5 - Manchas Urbanas no Município de Imbaú



Elaboração: Seraphim, 2026

Segundo o IPARDES (2007), a geologia regional de Imbaú é marcada principalmente pela presença da Formação Itararé, composta por rochas sedimentares como arenitos, siltitos, folhelhos e argilitos, além da presença da Formação Palermo, Formação Rio Bonito e Formação Serra Geral (Mapa 6). Essas características geológicas influenciam diretamente os tipos de solo, o uso da terra e as atividades econômicas desenvolvidas no município, principalmente a silvicultura e a agropecuária. Além disso, a presença de extensas áreas de reflorestamento demonstra a forte relação entre as condições físico-naturais e a dinâmica econômica regional, onde a maioria dessas terras são propriedades de empresas privadas (ex: Klabin) que atuam fortemente em quase todo o território, na questão econômica no município e em municípios vizinhos.

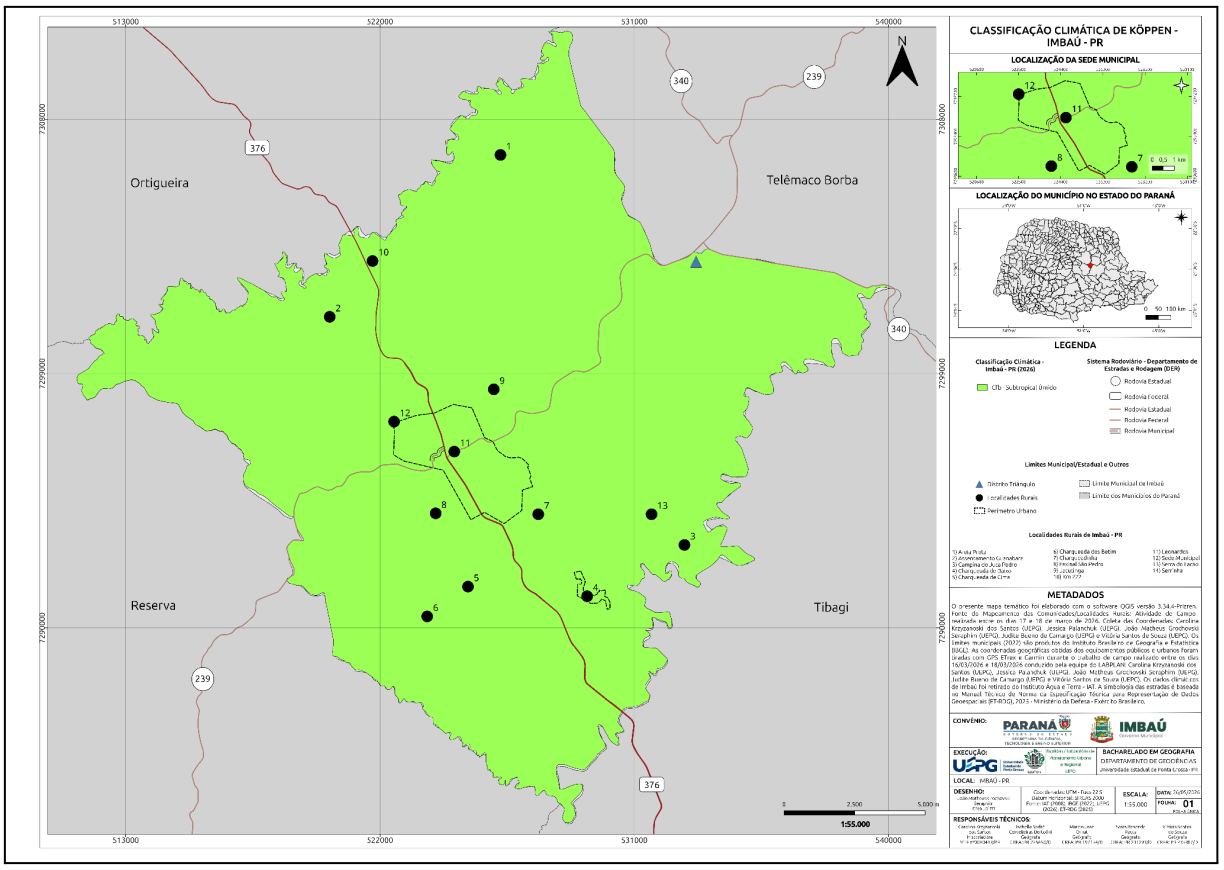
MAPA 6 - Mapa Geológico de Imbaú



Elaboração: Seraphim, 2026.

O clima predominante em Imbaú, segundo a classificação de Köppen, é o Cfb (Mapa 7), ou seja, subtropical úmido mesotérmico, caracterizado por verões amenos, ausência de estação seca definida e ocorrência frequente de chuvas ao longo do ano (IAT, 2020). Essas condições climáticas são típicas da região dos Campos Gerais e do Segundo Planalto Paranaense, influenciando diretamente as características naturais e as atividades econômicas desenvolvidas no município. A regularidade das precipitações e as temperaturas mais frias ajudam nas atividades agropecuárias e florestais.

MAPA 7 - Mapa Climático de Imbaú

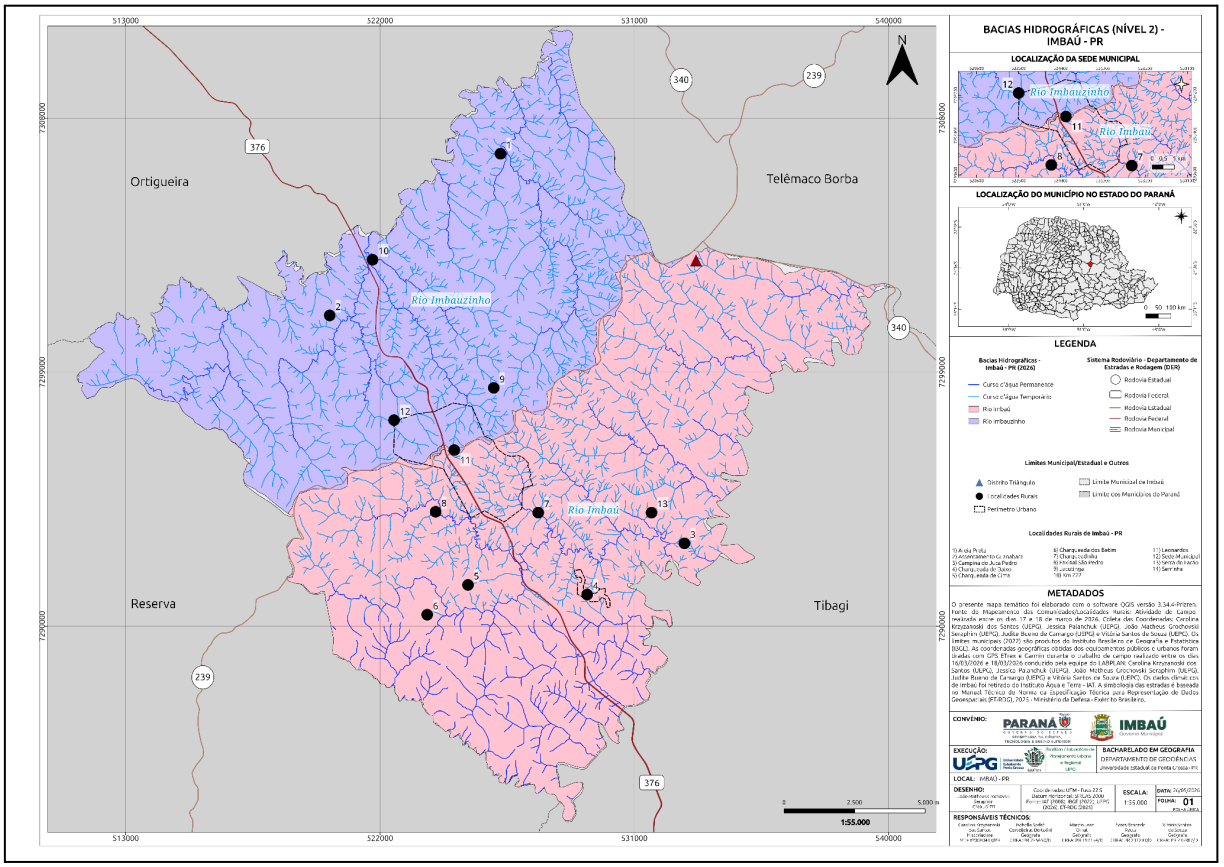


Elaboração: Seraphim, 2026

A altitude média do município aproxima-se de 940 metros, fator que interfere nas condições climáticas locais, principalmente nas temperaturas médias anuais e na ocorrência de nevoeiros e geadas durante o inverno. Essas características contribuem para a adaptação de determinadas culturas agrícolas e para o desenvolvimento da silvicultura, atividade muito ativa no território municipal devido às condições favoráveis ao cultivo de espécies florestais como o pinus e o eucalipto.

Em relação à hidrografia, o município integra importantes redes de drenagem da região dos Campos Gerais, destacando-se o Rio Imbaú e o Rio Imbauzinho (Mapa 8), cursos d'água que possuem relevância histórica e territorial para a formação do município (IAT). Esses rios exerceram papel importante no processo inicial de ocupação da área, servindo como referências naturais para circulação, fixação populacional e desenvolvimento das primeiras atividades econômicas locais. Além disso, a presença da rede hidrográfica influenciou diretamente a organização territorial e a ocupação do espaço rural, especialmente em atividades ligadas à agropecuária e ao abastecimento das propriedades rurais.

MAPA 8 - Mapa Hidrográfico de Imbaú

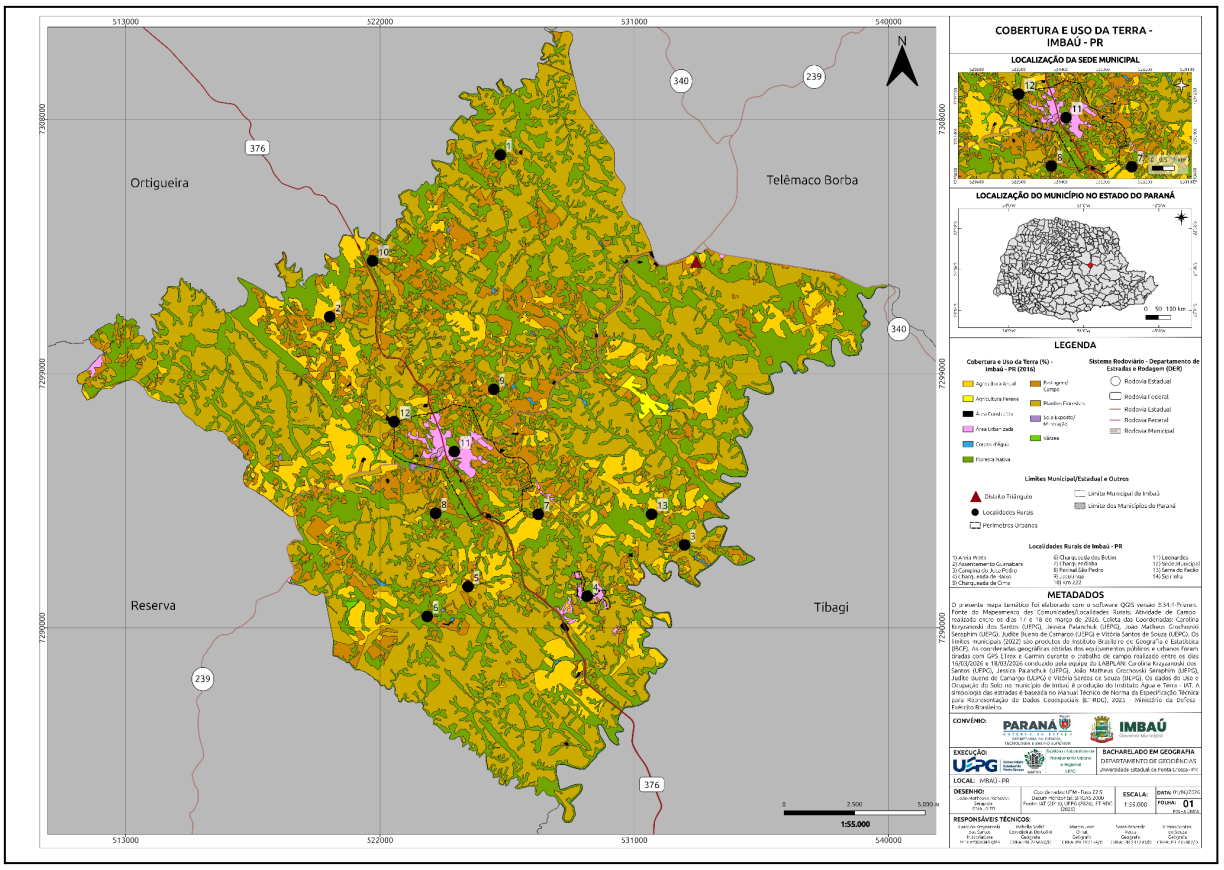


Elaboração: Seraphim, 2026

3.4 Estrutura Agrária e Fundiária

A questão agrária possui um papel fundamental na organização territorial e econômica do município de Imbaú, onde grande parte do território municipal é composta por áreas rurais destinadas às atividades agrícolas, pecuárias e florestais. A estrutura produtiva local está associada ao uso da terra (Mapa 9), refletindo características típicas de municípios de pequeno porte inseridos na região dos Campos Gerais.

MAPA 9 - Uso e Cobertura da Terra em Imbaú



Elaboração: Seraphim, 2026

A agropecuária continua exercendo importante função econômica, contribuindo para a geração de renda, ocupação da população rural e abastecimento dos mercados regionais (Tabela 2).

Entre os principais produtos agrícolas produzidos em Imbaú destacam-se a soja, o milho, o trigo, o feijão e a mandioca. Em 2024, a produção de soja alcançou aproximadamente 9.930 toneladas, sendo a principal cultura agrícola do município. O milho apresentou produção de 4.239 toneladas, enquanto o feijão atingiu 661 toneladas e a mandioca registrou 646 toneladas no mesmo período (IPARDES, 2024). Esses números mostram a grande inserção do município nas cadeias produtivas agrícolas do Paraná, especialmente nas atividades relacionadas à produção de grãos.

TABELA 2 - Produção Agrícola - Quantidade Produzida, Segundo Culturas Temporárias

Cultura	2020	2021	2022	2023	2024
Alho	17	3	3	3	0

Arroz	2	2	2	2	2
Aveia	230	189	280	240	234
Cebola	15	22	18	20	20
Cevada	0	0	800	640	467
Feijão	555	540	575	596	661
Mandioca	400	450	548	608	646
Milho	7.150	3.730	5.000	5.500	4.239
Soja	11.490	11.210	9.815	10.485	9.930
Tomate	1.350	785	756	1.870	2.202
Trigo	1.890	3.000	2.960	2.900	1.680
Total	**23.099**	**19.391**	**20.757**	**22.864**	**20.081**

Elaboração: Seraphim, 2026
Fonte: IPARDES, 2024

Além das culturas temporárias[2], a produção agrícola permanente também possui participação na dinâmica rural local (Tabela 3). Os dados apontam produção de frutas como banana, laranja, limão e abacate, embora em menor escala quando comparadas às lavouras de grãos. Em 2024, por exemplo, a produção de laranja alcançou 95 toneladas, enquanto a banana registrou 48 toneladas, evidenciando uma diversificação produtiva complementar dentro da estrutura agrícola municipal (IPARDES, 2024).

TABELA 3 - Produção Agrícola - Quantidade Produzida, Segundo Culturas Permanentes

Cultura	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Abacate	25	23	20	20	21
Banana	30	47	45	45	48
Laranja	40	95	100	100	95
Limão	12	14	17	18	18
Total	**107**	**179**	**182**	**183**	**182**

Elaboração: Seraphim, 2026
Fonte: IPARDES, 2024

No setor pecuário, o rebanho bovino alcançou 3.542 cabeças em 2024, demonstrando a relevância da atividade para a economia rural local. Entretanto, o destaque mais expressivo ocorreu na avicultura, que apresentou crescimento

[2] Culturas temporárias “são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita, possuindo período de vida muito curto entre o plantio e a colheita, já as culturas permanentes “são aquelas não sujeitas ao replantio após a colheita, uma vez que propiciam mais de um a colheita ou produção, bem como apresentam prazo de vida útil superior a um ano.” (Crepaldi, 2016)

considerável nos últimos anos. O efetivo total de galináceos passou de aproximadamente 15 mil animais em 2020 para mais de 100 mil em 2024, onde durante esse período o Paraná liderou o aumento de avicultura em todo o país (PARANÁ, 2025)[3]. Esse crescimento evidencia mudanças recentes na dinâmica produtiva local e maior força da produção avícola nas atividades econômicas municipais (Tabela 4).

TABELA 4 - Efetivos de Pecuária e Aves

Efeitos	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Bovinos	3.887	3.335	3.055	4.327	3.542
Equinos	335	315	313	321	289
Galináceos	15.025	14.000	14.400	60.260	100.203
Ovinos	510	518	485	580	565
Suínos	517	541	435	450	410
Bubalinos	0	0	10	9	15
Caprinos	120	97	79	65	53
Vacas	255	210	175	180	165
Total	**20.649**	**19.016**	**18.952**	**66.192**	**105.242**

Elaboração: Seraphim, 2026
Fonte: IPARDES, 2024

Outro aspecto importante é a produção animal. Os dados do IPARDES (Tabela 5) indicam crescimento na produção de mel, que passou de 40.600 kg em 2020 para 50.790 kg em 2024, onde a produção de leite manteve uma estabilidade ao longo dos últimos anos, registrando 237 mil litros em 2024. Esses indicadores revelam certa diversificação das atividades agropecuárias reduzindo parcialmente a dependência de apenas uma atividade produtiva.

TABELA 5 - Produção de Origem Animal

Produto	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Bicho-da-seda (casulo/kg)	0	0	0	33	542

[3] Segundo a Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, o Paraná liderou o crescimento nacional da produção de frangos e suínos no ano passado, de acordo com as Estatísticas da Produção Pecuária de 2024, divulgadas nesta terça-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Estado produziu 53,3 milhões de frangos e 281,4 mil cabeças de suínos a mais em 2024 em relação a 2023, além de acumular altas também na produção bovina, de ovos e de leite. A matéria está disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Parana-lidera-crescimento-absoluto-na-producao-de-frangos-e-suinos-no-Brasil

Leite (mil l)	253	215	210	216	237
Mel de abelha (kg)	40.600	43.460	44.500	48.441	50.790
Ovos (galinha/ mil dz)	62	57	544	967	1.153
Total	**40.315**	**43.732**	**45.254**	**49.657**	**52.722**

Elaboração: Seraphim, 2026.
Fonte: IPARDES, 2024.

A aquicultura também está presente na economia rural de Imbaú, embora em menor escala (Tabela 6). A produção de tilápia permaneceu estável entre 2020 e 2024, oscilando entre 1.140 e 1.400 kg anuais. Outras espécies, como carpas e pacus, também aparecem nos registros produtivos municipais, demonstrando o aproveitamento dos recursos hídricos locais para atividades complementares de geração de renda (IPARDES, 2024).

TABELA 6 - Produção de Aquicultura

Produto	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Carpa (kg)	720	600	570	560	532
Outros Peixes	150	125	120	118	109
Pacu e Patinga	280	250	240	235	223
Tilápia	1.400	1.200	1.140	1.200	1.140
Total	**2.550**	**2.175**	**2.070**	**2.113**	**2.004**

Elaboração: Seraphim, 2026.
Fonte: IPARDES, 2024.

3.5 Questões Socioeconômicas

Já em questões socioeconômicas, o PIB per capita[4] de Imbaú mostra um crescimento entre os anos de 2019 e 2023, passando de R$16.560 para R$22.491 (IPARDES, 2024). Esse aumento demonstra um aumento da renda produzida no município em relação ao número de habitantes, refletindo o fortalecimento das atividades econômicas locais e a maior inserção do município nas dinâmicas produtivas regionais. Embora os valores observados ainda sejam modestos quando

[4] O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. (IBGE, 2026)

comparados aos principais centros urbanos do Paraná, a evolução registrada demonstra uma trajetória de crescimento econômico significativa no período analisado (Tabela 7).

TABELA 7 - Produto Interno Bruto (PIB) - Per Capita

Informação	2019	2020	2021	2022	2023
PIB	16.560	17.169	20.534	20.758	22.491

Elaboração: Seraphim, 2026.
Fonte: IPARDES, 2024.

Além do PIB per capita, o Valor Adicionado Fiscal (VAF)[5] permite compreender a participação dos diferentes setores econômicos na formação da riqueza municipal. Os dados indicam que a Produção Primária ocupa posição de destaque na economia de Imbaú (Tabela 8). Em 2024, esse setor alcançou um VAF superior a R$141 milhões, representando o maior valor entre todos os ramos de atividade econômica do município. Esse resultado evidencia a importância da agricultura, da pecuária, da silvicultura e das demais atividades ligadas ao meio rural para a sustentação econômica local. (IPARDES, 2024)

TABELA 8 - Valor Adicionado Fiscal (VAF), segundo ramos de atividade

Atividade	2020	2021	2022	2023	2024
Produção Primária	32.104.727	45.950.717	52.830.307	66.208.653	141.696.573
Indústria	74.606.267	90.019.125	138.330.210	117.322.473	82.808.857
Comércio e Serviços	48.461.818	60.873.841	65.478.414	87.110.413	104.829.573
Recursos / Autos	171.893	0	0	7.781	19.934
Total	**155.344.705**	**196.843..683**	**256.638.931**	**270.649.320**	**329.354.937**

Elaboração: Seraphim, 2026.
Fonte: IPARDES, 2024.

[5] É o valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil. Para efeito de cálculo do VAF serão computadas as operações e prestações que constituam fato gerador do imposto, mesmo quando o pagamento for antecipado ou diferido, ou quando o crédito tributário for diferido, reduzido ou excluído em virtude de isenção ou outros benefícios, incentivos ou favores fiscais. (PARANÁ, 2021)

Observa-se ainda que a Produção do Setor Primário[6] foi o setor que obteve maior crescimento ao longo deste período analisado. Em 2020, seu valor era de aproximadamente R$32 milhões, passando para mais de R$141 milhões em 2024. Esse crescimento mostra o aumento das atividades agropecuárias e florestais, fortalecendo o espaço rural como um fator estratégico para a economia municipal. O setor de Comércio e Serviços também apresentou evolução significativa, passando de aproximadamente R$48 milhões em 2020 para mais de R$104 milhões em 2024. Esse crescimento está relacionado ao aumento das atividades comerciais, ao fortalecimento dos serviços privados e à atuação da administração pública, que tem papel importante na movimentação econômica de municípios de pequeno porte.

Por sua vez, a Indústria alcançou bons números nesse espaço de tempo. Apesar das oscilações observadas entre os anos, o setor industrial mantém importância estratégica para a economia local, especialmente em razão das atividades vinculadas à cadeia produtiva florestal e à influência regional exercida pelo complexo industrial de Telêmaco Borba.

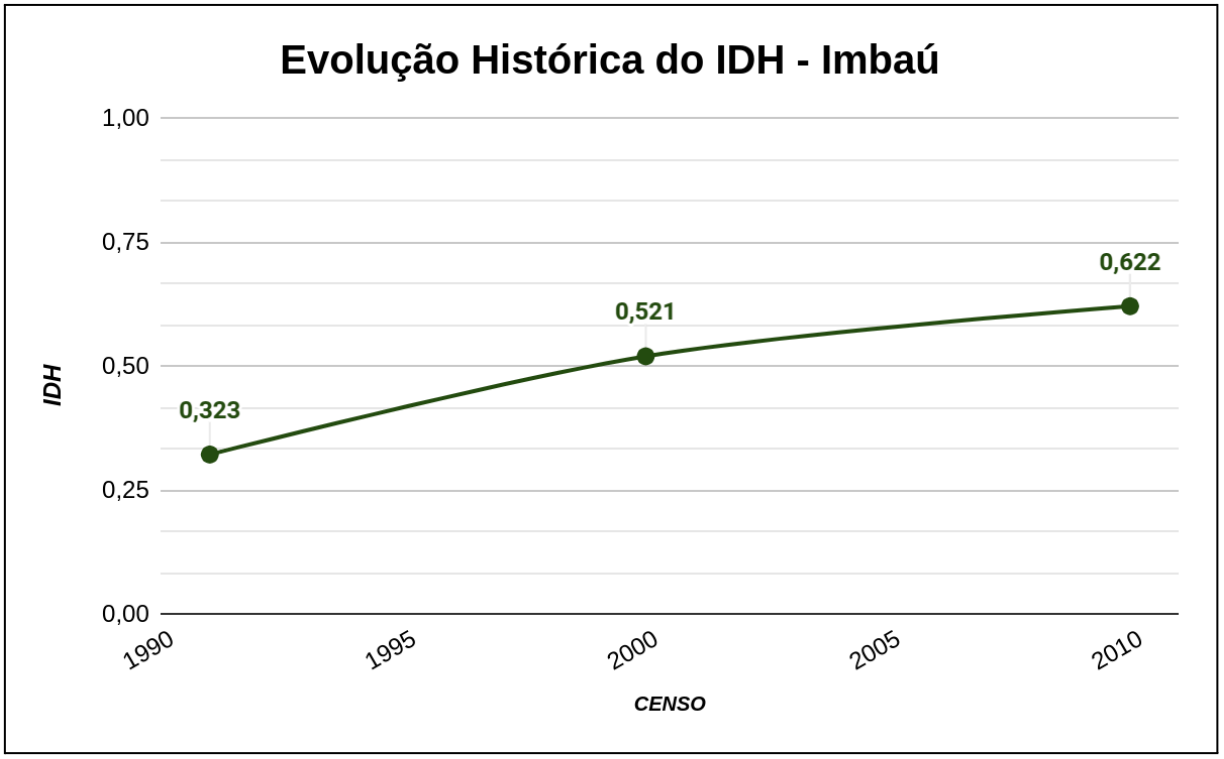
Outro indicador importante para entender a realidade socioeconômica do município é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). O indicador considera três fatores fundamentais do desenvolvimento humano sendo eles a renda, educação e longevidade, permitindo avaliar as condições de vida da população para além dos aspectos exclusivamente econômicos (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Conforme apresentado (Gráfico 3), observa-se uma trajetória de crescimento contínuo do índice no município. Em 1991, Imbaú registrava IDHM de 0,323, valor que o enquadra na faixa de baixo desenvolvimento humano. No ano 2000, o índice atingiu 0,521, representando um crescimento expressivo de aproximadamente 61% em relação ao período anterior. Já em 2010, o município alcançou IDHM de 0,622,

[6] O Setor Primário corresponde ao campo das atividades econômicas referente à produção de matérias-primas, que também são chamadas de “produtos primários” por serem, em geral, recursos cultivados ou extraídos da natureza e que, posteriormente, são consumidos ou transformados em mercadorias. As atividades pertencentes ao Setor Primário são a agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal, animal e mineral (FGI, 2020). Disponível em: https://www.fgi.edu.br/post/o-setor-primario-no-agronegocio

consolidando uma tendência de melhoria das condições sociais e econômicas da população.

GRÁFICO 3 - Evolução Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Imbaú



Elaboração: Seraphim, 2026

Fonte: IBGE, 2022

Esse crescimento pode ser associado a diversos fatores relacionados ao desenvolvimento municipal. A emancipação político-administrativa de Imbaú, ocorrida em 1995, permitiu maior autonomia na aplicação de recursos públicos e na implementação de políticas voltadas às necessidades locais. A partir desse período, houve ampliação dos investimentos em educação, saúde, infraestrutura urbana e assistência social, elementos que influenciam diretamente os componentes que compõem o IDH[7].

[7] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado com base nas três dimensões conceituais básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. A disponibilidade dos dados determina a cobertura do país no IDH. Para permitir comparações entre países, o IDH é, na medida do possível, calculado com base em dados das principais agências internacionais de dados e outras fontes de dados credíveis disponíveis no momento da redação deste documento (IPEADATA). Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br/doc/Metodologia%20ADH.pdf

4. ANÁLISE GEOECONÔMICA DA DISPERSÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E URBANOS EM IMBAÚ-PR

Após a contextualização histórica, territorial e socioeconômica do município e a discussão dos referenciais teóricos que fundamentam esta pesquisa, este capítulo apresenta a análise da distribuição dos equipamentos públicos e urbanos no município de Imbaú-PR em uma perspectiva geoeconômica e territorial. A partir do entendimento de que a localização desses equipamentos não ocorre de forma aleatória, mas da interação entre fatores históricos, econômicos, demográficos e institucionais que condicionam a produção e a organização do espaço. Assim, a espacialização dos equipamentos permite entender como o território municipal foi estruturado ao longo do tempo e de que maneira essa organização influencia o acesso da população aos serviços públicos.

Nesse contexto, serão analisadas a distribuição espacial dos equipamentos públicos e sua relação com a dinâmica socioeconômica do município, considerando aspectos como a concentração populacional, a estrutura econômica, a rede viária, a organização urbano-rural e a influência exercida pelo processo de formação territorial de Imbaú. A partir da interpretação de mapas, gráficos e demais produtos cartográficos elaborados durante a pesquisa, busca-se identificar padrões de concentração e dispersão dos equipamentos, como discutir suas consequências para a organização do território e para o planejamento municipal.

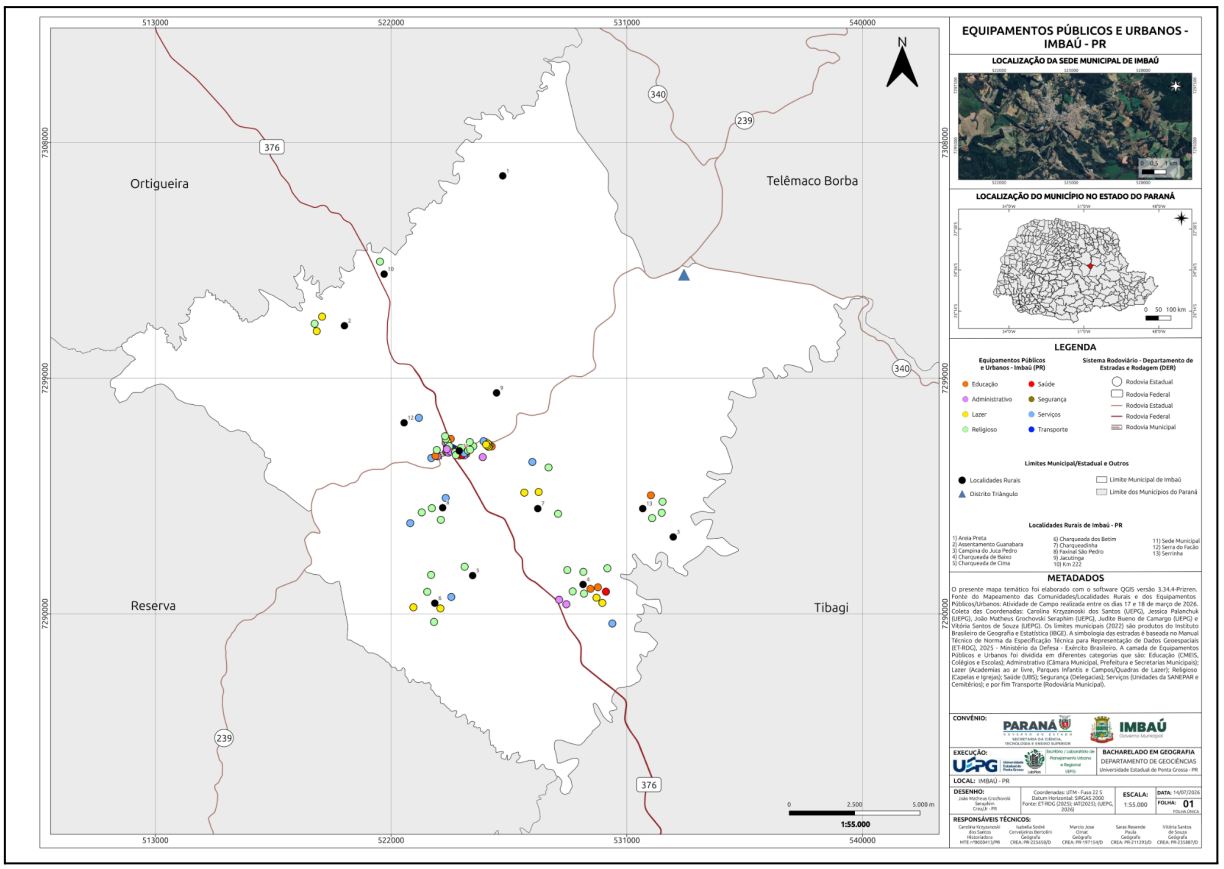
Dessa forma, este capítulo procura mostrar como a distribuição dos equipamentos públicos influencia nas características socioeconômicas de Imbaú e ajuda a entender as desigualdades e potencialidades presentes em seu espaço geográfico.

4.1 Distribuição Espacial dos Equipamentos Públicos

A partir do Mapa 10 observa-se a distribuição espacial dos equipamentos públicos e urbanos nas localidades rurais do município de Imbaú. Esses equipamentos se encontram em locais específicos no território, principalmente nas comunidades rurais consolidadas e os principais eixos viários, ou seja, a BR-376 e as estradas municipais. Essa distribuição demonstra que a oferta de serviços públicos no meio rural ocorre de forma descentralizada, mas limitada, buscando

atender diferentes comunidades sem que haja uma grande concentração em apenas um setor do município.

MAPA 10 - Equipamentos Públicos e Urbanos Localizados em Território Municipal



Elaboração: Seraphim, 2026

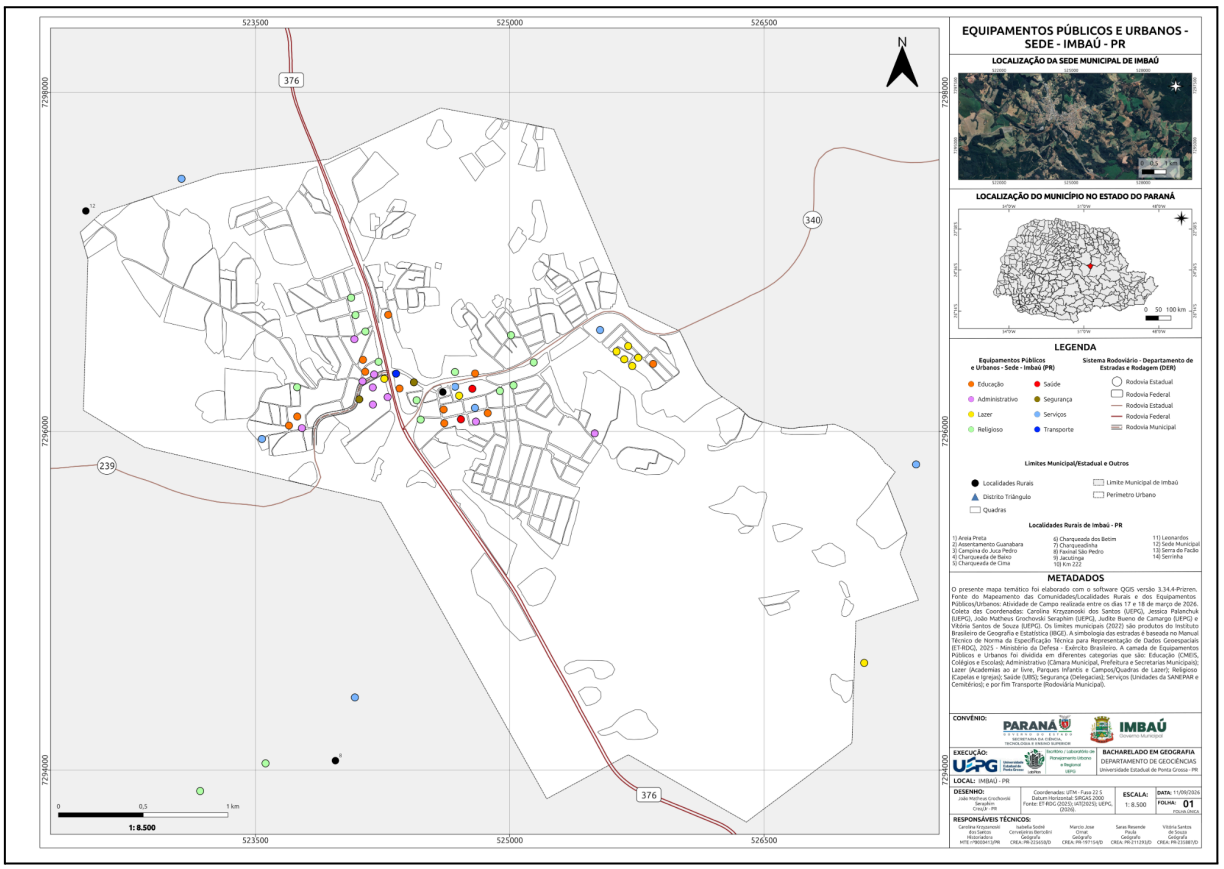
Percebe-se que os equipamentos presentes nas áreas rurais são predominantemente voltados para as categorias[8] religioso (igreja e capelas) e de lazer (academias ao ar livre e campos de futebol). A presença desses equipamentos mostra a importância da revisão das atividades comunitárias e dos serviços essenciais, mesmo que a quantidade seja diminuída quando comparada à sede municipal. Além disso, muitas localidades contém apenas um ou dois equipamentos, sendo necessário o deslocamento das populações residentes nessas comunidades ou localidades, para acesso a serviços mais especializados.

[8] Os equipamentos públicos e urbanos dos mapas 10 e 11 foram divididos em 8 categorias sendo elas: educação (CMEIS, Colégios e Escolas); Administrativo (Câmara Municipal, Prefeitura e Secretarias Municipais); Lazer (Academias ao ar livre, Parques Infantis e Campos/Quadras de Lazer); Religioso (Capelas e Igrejas); Saúde (UBS); Segurança (Delegacias); Serviços (Unidades da SANEPAR e Cemitérios); e por fim Transporte (Rodoviária Municipal).

O mapa também demonstra diferenças entre as próprias comunidades rurais. Algumas localidades, como o Distrito de Charqueada de Baixo, apresentam maior concentração de equipamentos, funcionando como pequenos polos de atendimento para as áreas vizinhas. Em compensação, outras localidades possuem infra estruturas restritas, mostrando desigualdades na distribuição territorial dos serviços públicos e a dependência da população rural em relação à sede municipal.

Já o Mapa 11 evidencia a distribuição dos equipamentos públicos e urbanos na sede municipal de Imbaú, onde há uma concentração significativamente maior quando comparada às áreas rurais. Os equipamentos encontram-se distribuídos principalmente na região central da cidade e ao longo das principais vias de circulação, formando um núcleo urbano onde se concentram as atividades administrativas, comerciais e de prestação de serviços.

MAPA 11 - Equipamentos Públicos e Urbanos da Sede Municipal em Imbaú



Elaboração: Seraphim, 2026

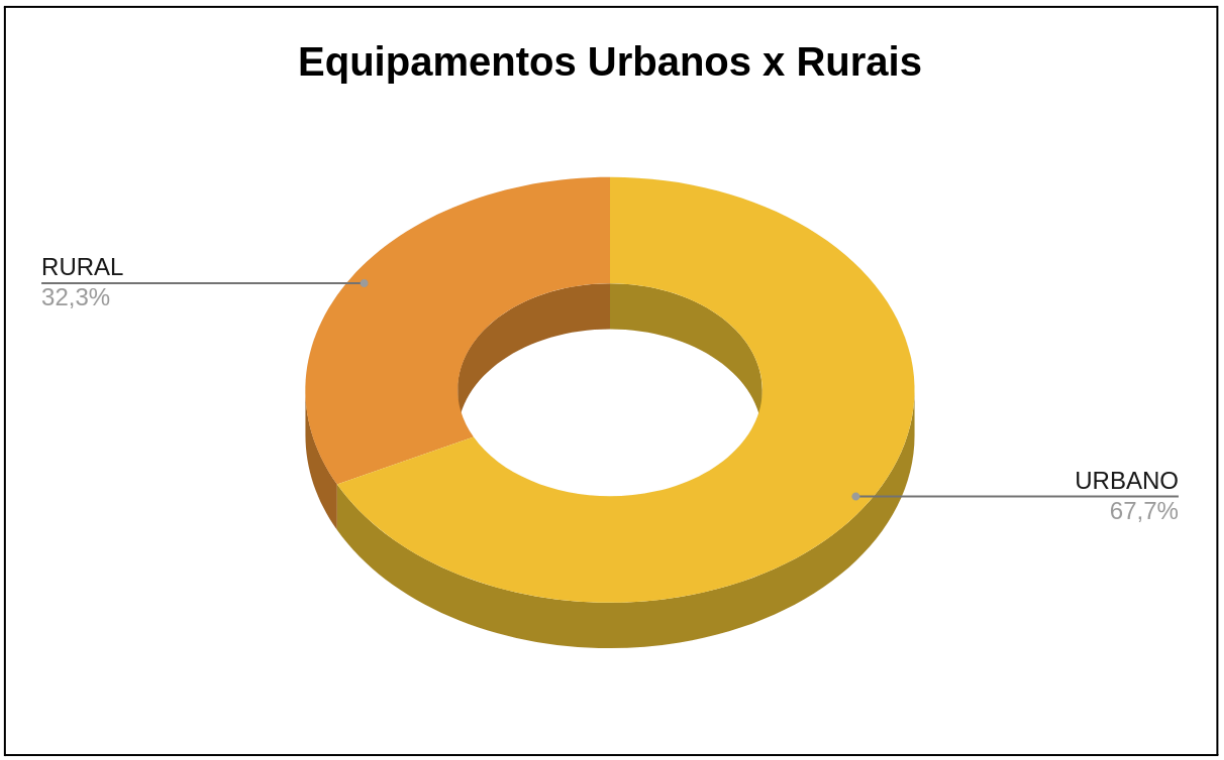
Observa-se que a sede municipal reúne praticamente todas as categorias de equipamentos identificadas durante o levantamento de campo, incluindo escolas, CMEIs, Prefeitura, Câmara Municipal, Secretaria Municipal, Conselho Tutelar, Delegacia, Unidade Básica de Saúde, Biblioteca, APAE, equipamentos esportivos, praças, igrejas, unidades da SANEPAR e diversos outros serviços públicos. Essa concentração demonstra o papel da sede como principal centro administrativo e funcional do município, responsável pelo atendimento da maior parte das demandas da população.

A proximidade entre esses equipamentos ajuda no acesso da população urbana aos serviços públicos e reduz os deslocamentos internos. Entretanto, essa concentração também mostra que muitos moradores das comunidades rurais precisam deslocar-se até a sede para utilizar serviços que não estão disponíveis em suas localidades, principalmente aqueles relacionados à administração pública, saúde, assistência social e segurança. Dessa forma, o mapa confirma a existência de uma centralidade urbana bastante marcada, característica comum em municípios de pequeno porte, onde a infraestrutura pública tende a concentrar-se no núcleo urbano.

4.2 Relação entre a Distribuição dos Equipamentos e a Dinâmica Socioeconômica

A comparação entre a distribuição espacial dos equipamentos públicos e urbanos e a distribuição da população de Imbaú mostra uma relação entre a dinâmica demográfica do município e a oferta de serviços. Conforme o Gráfico 5, aproximadamente 67,7% dos equipamentos estão localizados na área urbana, enquanto 32,3% encontram-se no meio rural.

GRÁFICO 4 - Equipamentos no Meio Urbano e Rural



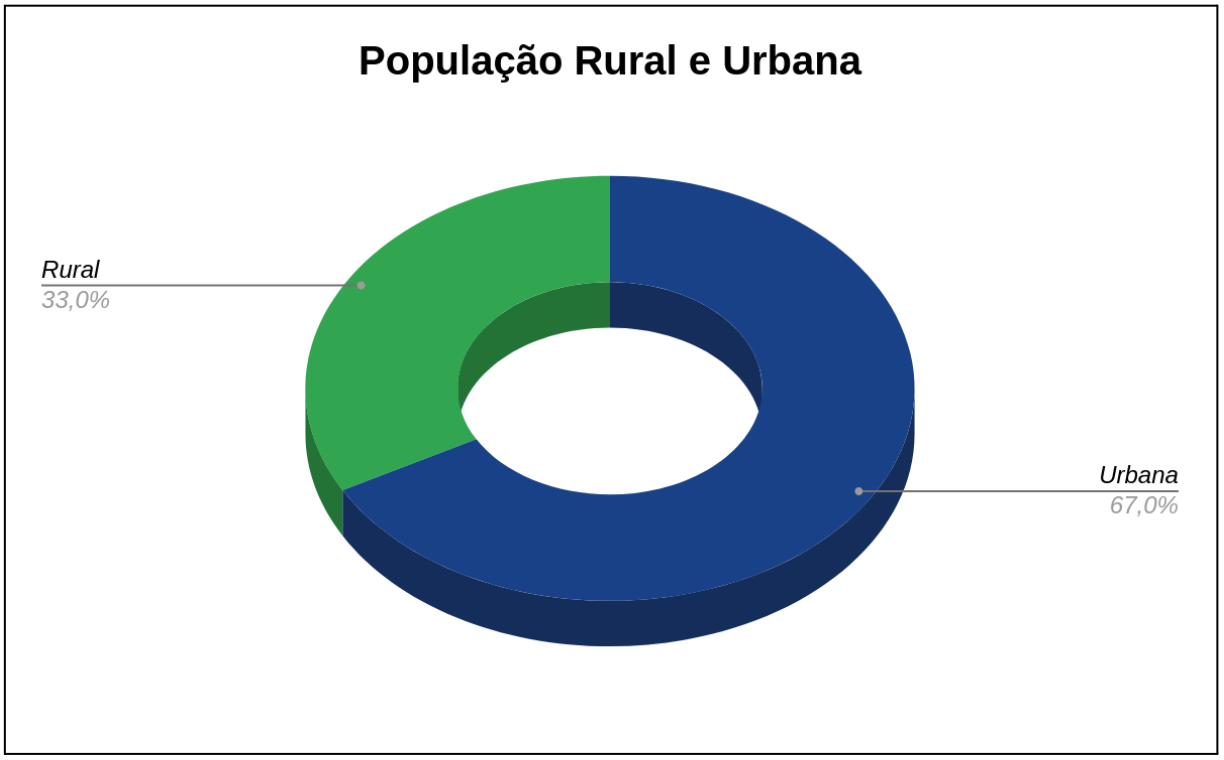
Elaboração: Seraphim

Fonte: IBGE, 2022

Esses valores apresentam grande proximidade com a distribuição da população municipal, na qual 67% dos habitantes residem na área urbana e 33% na área rural (Gráfico 6). Dessa forma, a implantação dos equipamentos públicos acompanha de maneira geral, a concentração populacional, priorizando os locais onde há grande demanda por serviços públicos. Mas essa distribuição proporcional não significa que a população rural possua as mesmas condições de acesso aos equipamentos públicos.

Enquanto na sede municipal os serviços encontram-se concentrados em uma área pequena, permitindo que diferentes equipamentos sejam acessados em pequenas distâncias, no espaço rural os equipamentos estão separados entre diversas localidades, aumentando os deslocamentos necessários para acessar serviços de saúde, educação, assistência social e administração pública.

GRÁFICO 5 - População que Reside no Meio Rural e Urbano



Elaboração: Seraphim, 2026

Fonte: IBGE, 2022

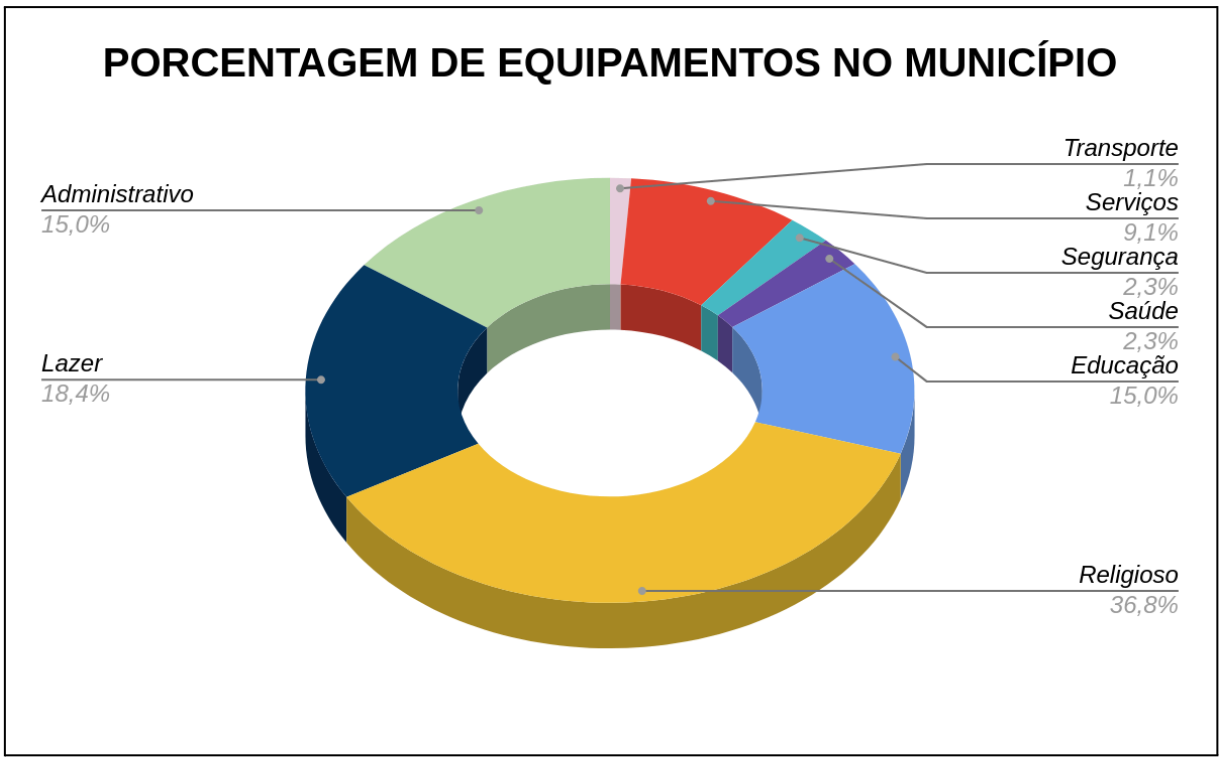
Assim, embora a proporção entre população e equipamentos apresenta um equilíbrio quantitativo, sob o ponto de vista territorial há diferenças importantes relacionadas à acessibilidade e à disponibilidade fixa dos serviços.

Outro aspecto observado é que a sede municipal apresenta a função de principal centro prestador de serviços públicos do município, concentrando equipamentos de maior complexidade e dimensão regional. Mas ao mesmo tempo, as comunidades rurais possuem equipamentos de atendimento básico, como igrejas, escolas, espaços de lazer e algumas unidades de apoio comunitário, permanecendo dependentes da área urbana para serviços específicos. Essa organização espacial confirma a centralidade obtida pela sede municipal na dinâmica socioeconômica de Imbaú.

Conforme o Gráfico 7, os equipamentos religiosos representam 36,4% do total, constituindo a categoria mais numerosa do município. Esse resultado mostra o papel histórico das instituições religiosas na ocupação do território, principalmente nas comunidades rurais, onde muitas vezes exercem funções que ultrapassam o

fator religioso, tornando-se espaços de convivência comunitária, realização de eventos e ajudando nas relações sociais locais.

GRÁFICO 6 - Distribuição do Equipamentos Públicos e Urbanos por Categoria



Elaboração: Seraphim, 2026

Fonte: LabPlan, 2026

A segunda maior categoria corresponde aos equipamentos de lazer (18,2%), seguida pelos equipamentos administrativos (14,8%) e educacionais (14,8%). A presença significativa desses equipamentos demonstra que o município buscou estruturar sua rede de serviços essenciais, oferecendo escolas, prédios administrativos, praças, campos de futebol, academias ao ar livre e outros espaços destinados ao atendimento da população. Esses equipamentos têm um papel fundamental na organização da vida urbana e rural, contribuindo para a qualidade de vida, integração social e funcionamento da administração municipal.

Por outro lado, observa-se uma menor quantidade de categorias diretamente relacionadas aos serviços públicos especializados. Os equipamentos de serviços correspondem a 9,0%, enquanto saúde (2,3%), segurança (2,3%) e transporte (1,1%) apresentam participação bem reduzida. Esses valores demonstram as limitações estruturais características de municípios de pequeno porte, onde a oferta

de equipamentos especializados é restrita e frequentemente concentrada na sede municipal. Além disso, a baixa representatividade dos equipamentos de transporte foi uma das principais limitações identificadas durante o levantamento de campo, ou seja, a inexistência de infraestrutura adequada para os pontos de ônibus em grande parte do município, dificultando a mobilidade da população, principalmente nas comunidades rurais.

De maneira geral, a distribuição apresentada no gráfico mostra que a organização dos equipamentos públicos em Imbaú está muito relacionada às características socioeconômicas do município. A grande quantidade de equipamentos religiosos e de lazer reflete aspectos históricos da formação territorial e da ocupação das comunidades, enquanto a menor quantidade de equipamentos voltados à saúde, segurança e transporte evidencia a dependência da população em relação à sede municipal e aos municípios vizinhos para o acesso a determinados serviços públicos de maior complexidade.

Esses resultados confirmam que a distribuição dos equipamentos públicos não depende apenas do número de habitantes, mas também das condições econômicas, da capacidade administrativa e da própria evolução histórica da organização territorial do município.

4.3 Percepção da População sobre os Equipamentos Públicos e Urbanos: Análise das Leituras Comunitárias

As Leituras Comunitárias constituem uma importante ferramenta de participação popular nos processos de planejamento territorial, permitindo incorporar ao diagnóstico municipal a percepção da população sobre as condições efetivamente vivenciadas no território. No contexto da revisão do Plano Diretor Municipal de Imbaú, esses encontros possibilitaram identificar demandas, dificuldades e necessidades relacionadas a diferentes dimensões da organização municipal, incluindo saúde, educação, mobilidade, saneamento básico, infraestrutura, lazer e demais serviços públicos.

FIGURA 1 - Leitura Comunitária feita na Localidade de Charqueada de Baixo



Fonte: LabPlan, 2026

Enquanto a análise cartográfica permite identificar a localização e a distribuição territorial dos equipamentos públicos e urbanos, as Leituras Comunitárias possibilitam compreender como esses equipamentos e serviços são percebidos por seus usuários (Figura 2).

Dessa maneira, tornam-se visíveis questões que não podem ser apreendidas somente pela existência física de determinada estrutura, como dificuldades de acesso, ausência ou insuficiência de profissionais, baixa frequência dos serviços, necessidade de deslocamento, problemas de manutenção e limitações na capacidade de atendimento. Essa perspectiva complementa a análise realizada anteriormente, que identificou uma expressiva concentração dos equipamentos e dos serviços de maior complexidade na sede municipal, enquanto no espaço rural sua distribuição ocorre de maneira mais dispersa e limitada.

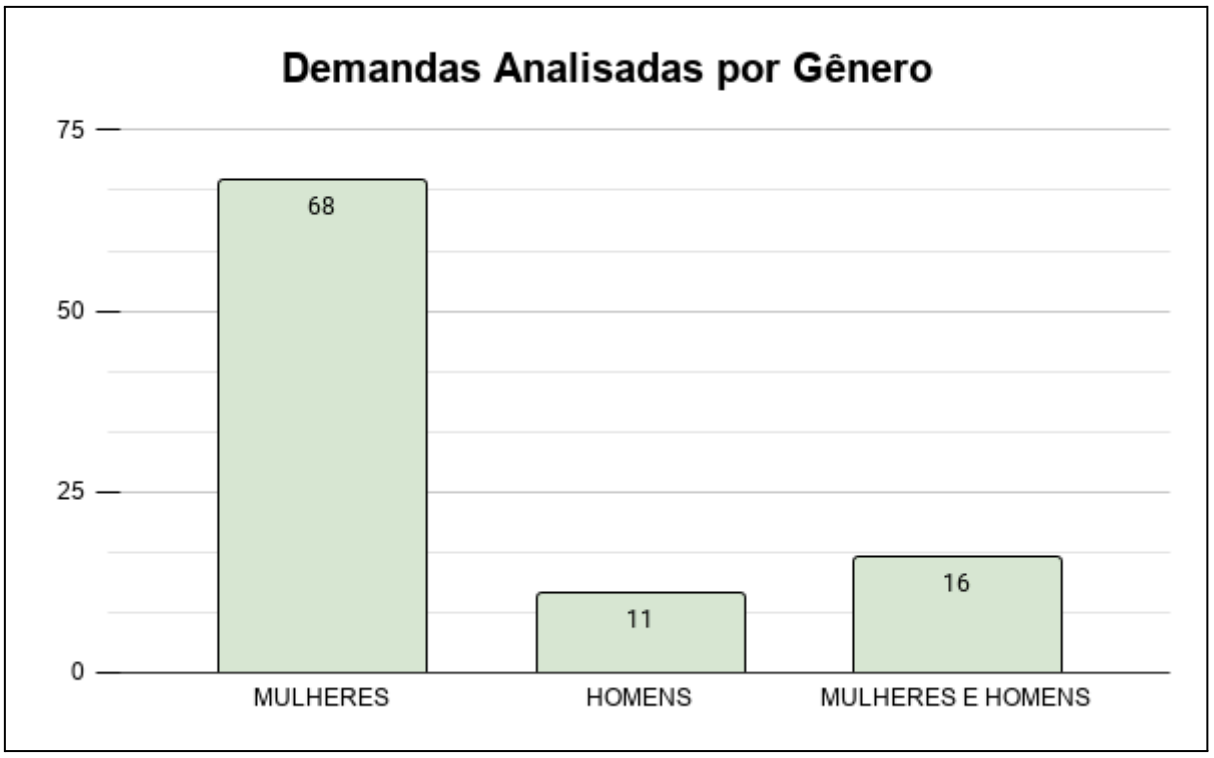
FIGURA 2 - Leitura Comunitária feita nas Localidades do Assentamento Guanabara e Serra do Facão



Fonte: LabPlan, 2026

A partir dessas leituras foram identificadas 95 demandas relacionadas aos equipamentos públicos e urbanos. A participação segundo o gênero dos participantes mostra uma presença expressiva das mulheres no processo (Gráfico 8). Das 95 manifestações selecionadas, 68 foram apresentadas exclusivamente por mulheres, representando aproximadamente 71,6% do total; 11 foram apresentadas exclusivamente por homens, equivalentes a 11,6%; e 16 demandas foram registradas conjuntamente por homens e mulheres, correspondendo a 16,8%.

GRÁFICO 7 - Demandas Analisadas por Gênero



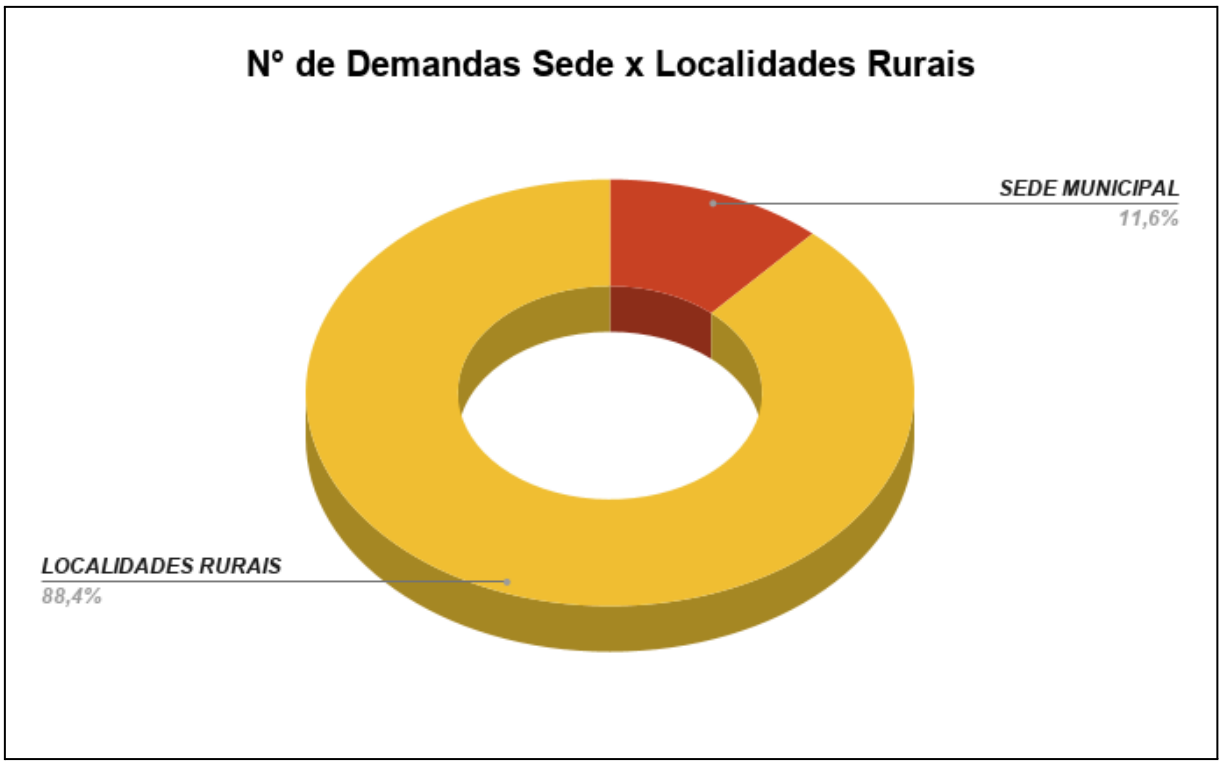
Elaboração: Seraphim, 2026

Fonte: LabPlan, 2026

Dessa maneira, quando também são incluídas as manifestações realizadas conjuntamente, as mulheres estiveram associadas a 84 das 95 demandas, ou 88,4%, enquanto os homens estiveram associados a 27 registros, equivalentes a 28,4%. É de se destacar que esses percentuais não são exclusivos e não devem ser somados, uma vez que as manifestações conjuntas estão contabilizadas nos dois grupos.

Além da participação por gênero, a distribuição territorial das manifestações apresenta uma diferenciação significativa entre a sede municipal e as demais localidades (Gráfico 9). Das 95 demandas relacionadas aos equipamentos públicos e urbanos, 84 foram registradas nas localidades rurais, correspondendo a 88,4%, enquanto 11 manifestações ocorreram na sede municipal, equivalentes a 11,6% do total. Vale ressaltar também que das 13 localidades de Imbaú (incluindo a sede municipal), apenas 3 não conseguiram participar dessas leituras municipais.

GRÁFICO 8 - Número de Demandas na Sede e Localidades Rurais



Elaboração: Seraphim, 2026

Fonte: LabPlan, 2026

O maior número de demandas das comunidades rurais não permite afirmar de maneira automática, que 88,4% dos problemas relacionados aos equipamentos municipais estejam no espaço rural, pois a quantidade de registros também pode ser influenciada pelo número de participantes e pela forma como as Leituras Comunitárias foram realizadas. O dado demonstra que as localidades rurais tiveram forte presença dentro do conjunto de exigências diretamente associado aos equipamentos e serviços analisados, tornando-se fundamentais para compreender a dimensão territorial das dificuldades de acesso existentes no município.

Conforme a Tabela 9, entre as localidades rurais, Charqueada dos Betim apresentou o maior número, com 26 demandas, correspondente a 27,4% de todas as manifestações analisadas. Na sequência encontra-se o Assentamento Guanabara, com 17 demandas (17,9%); Faxinal São Pedro e Charqueada de Cima, com 12 (12,6%); Areia Preta, Jacutinga e Km 222, com 11 (11,6%); Campina do Juca Pedro, também com 11 (11,6%); e Charqueada de Baixo, com sete demandas (7,4%). A sede municipal apresentou 11 demandas, representando 11,6% do recorte.

TABELA 9 - Distribuição de Demanda por Localidade

LOCALIDADE	N° DE DEMANDAS
Charqueada dos Betim	26
Assentamento Guanabara	17
Faxinal de São Pedro e Charqueada de Cima	12
Areia Preta, Jacutinga e Km 222	11
Campina do Juca Pedro	11
Sede Municipal	11
Charqueada de Baixo	7
TOTAL	**95**

Elaboração: Seraphim, 2026

Fonte: LabPlan, 2026

Através das demandas, conseguimos identificar quais setores concentram as principais preocupações da população. A saúde apresenta o maior número de registros, com 31 demandas, correspondendo a aproximadamente 32,6%. Em seguida encontra-se o saneamento básico, com 17 demandas (17,9%); transporte e mobilidade, com 15 (15,8%); e infraestrutura urbana e rural, com 13 (13,7%). Educação e lazer apresentam oito demandas cada, correspondendo individualmente a 8,4%. Cultura, segurança e gestão pública apresentam uma manifestação cada. Essa distribuição já aparece sistematizada no desenvolvimento atual do trabalho.

TABELA 10 - Distribuição das Demandas por Categoria / Setor

CATEGORIA	N° DE DEMANDAS
Saúde	31
Transporte e Mobilidade	15
Saneamento Básico	17
Lazer	8
Educação	8
Infraestrutura Urbana/Rural	13
Cultura	1

Segurança	1
Gestão Pública	1
TOTAL	**95**

Elaboração: Seraphim, 2026

Fonte: Seraphim, 2026

Entre as categorias analisadas, a saúde apresenta a principal preocupação identificada nas Leituras Comunitárias. Os relatos envolvem tanto a ausência de equipamentos em determinadas localidades, quanto problemas de funcionamento dos serviços existentes. Foram mencionadas a falta de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em comunidades rurais (demanda citada na maioria das comunidades), necessidade de implantação ou retorno de carros da saúde, ausência de agentes comunitários de saúde, falta de médicos especialistas (como pediatras e fisioterapeutas por exemplo), dificuldades para obtenção de medicamentos, além de problemas relacionados ao agendamento de consultas e exames. Também aparecem situações nas quais a população precisa deslocar-se até a sede municipal ou outros municípios para obter determinados atendimentos, obtendo outros custos adicionais como gasolina ou preço alto em corridas com carros de aplicativos.

Na sede municipal, ao contrário do rural, as demandas de saúde tendem a apresentar características distintas. Como a sede concentra os principais equipamentos e serviços, as manifestações estão mais relacionadas à capacidade e ao funcionamento do atendimento, incluindo dificuldades de agendamento, ausência ou insuficiência de especialidades, medicamentos, encaminhamentos e organização das consultas e exames. Isso demonstra que a simples presença do equipamento não significa que as necessidades da população estejam integralmente atendidas.

O saneamento básico, segunda categoria com maior número de manifestações, também há diferenças espaciais importantes. Foram relatados problemas relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos. Nas localidades rurais aparecem situações relacionadas à escassez do abastecimento, dependência de poços, fossas e sistemas individuais, além de irregularidade ou ausência da coleta de resíduos em determinados setores.

Em algumas comunidades, o abastecimento de água também está diretamente relacionado ao fornecimento de energia elétrica, uma vez que o funcionamento das bombas depende da eletricidade. Assim, esses grandes espaços sem o fornecimento elétrico, podem produzir efeitos em outros serviços essenciais.

Também aparecem relatos de ausência ou insuficiência do esgotamento sanitário e problemas relacionados à coleta de resíduos. As Leituras Comunitárias mostram que a questão dos resíduos não se resume à existência do serviço municipal, mas envolve sua cobertura e regularidade territorial. Há localidades onde a coleta ocorre com baixa frequência ou não atende determinados locais, demonstrando diferenças internas na prestação do serviço.

Na sede, o saneamento indica problemas de cobertura e funcionamento das redes existentes, incluindo esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem. Assim, novamente se observa uma diferença entre os territórios onde enquanto nas localidades rurais aparecem questões relacionadas principalmente à chegada e à frequência do serviço, no núcleo urbano há muitos problemas associados à ampliação, manutenção e funcionamento das redes existentes.

Já o transporte e a mobilidade apresentam demandas com destaque especialmente nas localidades rurais, onde foram registrados pedidos pela criação ou retorno de linhas de transporte coletivo, ampliação de horários, implantação de transporte entre o Assentamento Guanabara e a sede, transporte circular e melhorias no transporte escolar. Também aparecem relatos de redução das linhas de transporte após a pandemia e dependência de táxis, veículos particulares ou mesmo do transporte escolar para chegar à sede.

O transporte escolar apresenta uma dificuldade particular nessa questão de transporte e mobilidade. Foram relatadas dificuldades envolvendo atrasos, rotas extensas, condições dos veículos e deslocamentos de estudantes entre diferentes comunidades. As manifestações mostram que a educação e o transporte não podem ser analisados isoladamente, pois a localização dos estabelecimentos de ensino cria fluxos cotidianos e aumenta a dependência da rede viária e do transporte escolar. Os relatos do documento incluem justamente dificuldades relacionadas às rotas, veículos e necessidade de deslocamento dos estudantes.

As demandas relacionadas à educação também envolvem a necessidade de novos equipamentos e a melhora daqueles já existentes. Aparecem sugestões pela construção de escolas e creches, alteração ou adequação dos horários nas comunidades rurais, aumento do número de professores de apoio e formação de equipes multidisciplinares.

A infraestrutura urbana e rural está relacionada ao acesso da população aos equipamentos públicos e urbanos. Nas localidades rurais aparecem demandas sobre às condições das estradas, pontes, pavimentação, manutenção e dificuldades de circulação principalmente em períodos chuvosos. Essas estruturas não devem ser entendidas somente como elementos de circulação, pois tem suporte para o funcionamento de diferentes políticas públicas. O transporte escolar, o deslocamento para atendimento em saúde, a coleta de resíduos e o próprio acesso da administração às comunidades dependem das condições da rede viária. Na sede há também demandas envolvendo manutenção de vias, acessibilidade, circulação, sinalização e organização do trânsito.

Outra demanda que merece atenção refere-se aos cemitérios e estruturas funerárias que estariam vinculadas indiretamente com a infraestrutura urbana/rural. Essas demandas trazem problemas de regularização, capacidade de atendimento, necessidade de aquisição de novas áreas e implantação de novas estruturas. Em algumas localidades, os cemitérios existentes são considerados irregulares ou insuficientes e que existe necessidade de planejamento de novas áreas.

Já na questão do lazer e da convivência comunitária, as demandas mostram que a existência de um determinado tipo de equipamento não significa atendimento total às necessidades locais. Foram registradas demandas por parquinhos, campos de futebol, academias ao ar livre, ginásios, espaços destinados a crianças, jovens e idosos, e centros comunitários. Embora os equipamentos religiosos e de lazer tenham uma grande participação entre os equipamentos presentes no espaço rural, determinadas comunidades possuem apenas um ou dois equipamentos, permanecendo dependentes de outras localidades para diferentes serviços.

A leitura conjunta dos dados permite estabelecer uma diferenciação importante entre a sede municipal e as localidades rurais. Na sede, onde ocorre

maior concentração física dos equipamentos, as demandas tendem a estar relacionadas à capacidade, qualidade, manutenção e organização dos serviços existentes. São mencionados problemas relacionados ao funcionamento da saúde, saneamento, abastecimento, mobilidade intraurbana, acessibilidade e manutenção da infraestrutura.

Nas comunidades rurais, as demandas estão relacionadas à ausência, distância, cobertura e possibilidade de deslocamento. São frequentes as pedidas por atendimento de saúde mais próximo, transporte coletivo, melhoria do transporte escolar, abastecimento de água, coleta de resíduos, equipamentos educacionais, lazer e manutenção das estradas e pontes. A necessidade de deslocamento para utilização de equipamentos concentrados na sede torna a acessibilidade uma dimensão fundamental para compreender a organização territorial de Imbaú.

Embora a sede municipal apresente a principal centralidade administrativa e funcional de Imbaú, a efetividade dessa centralização depende das condições de articulação entre as diferentes porções do território. Para a população rural, distância, condições da rede viária e disponibilidade de transporte podem transformar a localização de um equipamento em uma barreira concreta de acesso.

Assim, as demandas apresentadas pela população é uma ferramenta fundamental para o planejamento municipal, pois permitem identificar prioridades territorialmente diferenciadas. A análise das Leituras Comunitárias demonstra que uma política de distribuição mais equilibrada dos equipamentos públicos não significa necessariamente reproduzir as mesmas estruturas em todas as localidades, mas garantir que a população tenha boas condições de acesso aos serviços necessários, considerando as especificidades da sede municipal e das comunidades rurais.

Dessa forma, a percepção dos moradores complementa a leitura técnica do território e contribui para o estabelecimento de diretrizes mais adequadas à realidade espacial de Imbaú no âmbito do Plano Diretor Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a lógica de dispersão dos equipamentos públicos e urbanos do município de Imbaú - PR e interpretar suas relações com o desenvolvimento geoeconômico e regional, considerando as diretrizes do Plano Diretor Municipal. A partir dos levantamentos de campo, da produção cartográfica, da análise dos dados socioeconômicos e das Leituras Comunitárias, foi possível identificar os principais padrões de concentração e dispersão dos equipamentos, também entendendo as consequências no acesso da população aos serviços públicos.

O principal resultado da pesquisa foi a identificação de uma grande concentração dos equipamentos públicos e urbanos na sede municipal, que apresenta aproximadamente 67,7% das estruturas levantadas, enquanto os outros 32,3% estão distribuídos entre as localidades rurais. Essa proporção aproxima-se da distribuição populacional de Imbaú, onde 67% dos habitantes vivem na área urbana e 33% moram no espaço rural. Entretanto, os resultados mostraram que essa proximidade quantitativa não representa necessariamente igualdade nas condições de acesso, uma vez que os equipamentos rurais encontram-se separados entre diferentes comunidades, enquanto a sede concentra maior diversidade de serviços em uma área territorialmente menor.

A análise também mostrou que as diferenças não são apenas entre a sede e o espaço rural, estando presentes entre as próprias comunidades. Enquanto localidades como Charqueada de Baixo apresentam maior concentração de equipamentos e possuem determinadas funções de atendimento em áreas mais próximas, outras têm estruturas mais limitadas. Além disso, a predominância dos equipamentos religiosos e de lazer, que representam 36,4% e 18,2% do total levantado, ao contrário dos equipamentos de saúde, segurança e transporte, que contém uma menor parcela na comunidade mostrando diferenças na oferta territorial dos serviços.

As Leituras Comunitárias ajudaram nos resultados finais, demonstrando que a localização dos equipamentos não garante condições adequadas de atendimento. Das 95 demandas relacionadas aos equipamentos públicos e urbanos, 84 foram

registradas nas localidades rurais e 11 na sede municipal. A saúde apresentou o maior número de manifestações, seguida pelo saneamento básico, transporte e mobilidade e infraestrutura urbana e rural. Nas comunidades rurais, as principais demandas estavam relacionadas à ausência de determinados equipamentos, às dificuldades de deslocamento e à cobertura dos serviços. Já na sede, destacaram-se demandas relacionadas à capacidade, à manutenção e ao funcionamento dos equipamentos existentes.

A partir desses resultados, o problema central da pesquisa pode ser respondido a partir da relação entre concentração territorial, dispersão populacional e acessibilidade. A organização dos equipamentos públicos e urbanos de Imbaú apresenta uma grande centralidade na sede municipal, enquanto as localidades rurais possuem menos serviços e dependem de deslocamentos para acessar determinados atendimentos. Essa configuração está relacionada ao processo histórico de formação do município, à distribuição da população, à estrutura viária e à organização econômica regional. Assim, a desigualdade no acesso aos equipamentos não é exclusivamente de sua quantidade, mas também das distâncias, das condições de circulação e da disponibilidade dos serviços.

A contribuição desta pesquisa para o planejamento territorial de Imbaú está relacionada à produção de informações geográficas que permitem entender a distribuição dos equipamentos públicos e urbanos e identificar as diferenças existentes entre a sede municipal e as localidades rurais. O levantamento de campo e a espacialização dos equipamentos fornecem uma base cartográfica que poderá ser utilizada futuramente pela administração municipal para orientar a localização de novas estruturas, avaliar a necessidade de ampliação dos serviços existentes e identificar áreas com maiores dificuldades de acesso.

Além disso, a integração dos dados socioeconômicos com as demandas apresentadas nas Leituras Comunitárias permite que as decisões de planejamento considerem não apenas a distribuição física dos equipamentos, mas também as necessidades e as condições de deslocamento da população, dando também uma atenção maior para esse fator da participação popular em decisões burocráticas.

Nesse sentido, os resultados poderão ajudar diretamente para a próxima revisão do Plano Diretor Municipal de Imbaú, fornecendo subsídios técnicos para a elaboração de diagnósticos territoriais, a definição de prioridades de investimento e o estabelecimento de diretrizes voltadas à distribuição dos equipamentos e serviços públicos. A base cartográfica produzida poderá ser atualizada e integrada aos instrumentos de planejamento municipal, possibilitando acompanhar a implantação de novos equipamentos e avaliar sua relação com o crescimento urbano, a ocupação das localidades rurais e a estrutura viária.

Dessa forma, o trabalho poderá auxiliar na formulação de estratégias que considerem as particularidades de cada localidade, contribuindo para aumentar a acessibilidade, diminuir desigualdades territoriais e obter uma organização mais integrada dos serviços públicos no município.

Por fim, a pesquisa mostra que o planejamento territorial de Imbaú deve considerar não apenas a implantação de novos equipamentos, mas também a acessibilidade, a capacidade de atendimento e a integração entre a sede municipal e as localidades rurais. A articulação entre os levantamentos cartográficos, os dados socioeconômicos e a percepção da população fornece subsídios para a revisão do Plano Diretor Municipal, permitindo reconhecer necessidades territoriais distintas e orientar futuras ações de planejamento. Dessa forma, o trabalho contribui para a compreensão da organização espacial de Imbaú e evidencia a importância da Geografia na análise da distribuição dos equipamentos públicos e urbanos e de suas relações com o desenvolvimento municipal e regional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9974 . Acesso em: 9 jun. 2026.

CORAIOLA, A. M. **Capital do papel:** a história do município de Telêmaco Borba. 20. ed. Curitiba: Midiograf, 2003.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. Disponível em: https://pdfcoffee.com/correa-roberto-lobato-o-espao-urbanopdf-pdf-free.html . Acesso em: 11 mar. 2026.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisorial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ; INDÚSTRIAS KLABIN S/A.; PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. **Construção Rodovia do Papel:** convênio para asfaltamento da ligação entre Telêmaco Borba e a Rodovia do Café. Curitiba: DER/PR, 1971.

HAESBAERT, R. **Regional-global:** dilemas da região e regionalização na geografia contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/56465551/Abordagens_em_ci%C3%AAncia_tecnologia_e_sociedade . Acesso em: 11 mar. 2026.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf . Acesso em: 22 maio 2026.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). **Mapa de climas – Estado do Paraná**. Curitiba: IAT, 2020. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/mapa_climas_a3.pdf . Acesso em: 28 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisões regionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html . Acesso em: 26 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades IBGE – Imbaú**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbau/panorama . Acesso em: 28 maio 2026.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Diagnóstico socioeconômico do território Caminhos do Tibagi**. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_territorio_caminhos_tibagi_2007.pdf . Acesso em: 26 maio 2026.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/497956639/A-producao-do-espaco-LEFEBVRE . Acesso em: 22 maio 2026.

LIMA, R. C. de A.; LEITE, V. M. B. **O efeito da emancipação de municípios sobre as finanças públicas locais:** evidências para o Brasil. Cadernos de Finanças Públicas, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-34, ed. especial, 2021. Disponível em: https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/download/127/105/477 . Acesso em: 25 maio 2026.

MENDES, M.; MIRANDA, R. B.; COSSIO, F. B. **O fundo de participação dos municípios precisa mudar**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-de-mudancas/do-sistema-tributario-nacional-o-fundo-de-participacao-dos-municipios-precisa-mudar. Acesso em: 12 março 2026.

OLIVEIRA, M. E. de. **A influência do café no desenvolvimento do norte do Paraná na década de sessenta**. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências

Econômicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/75928 . Acesso em: 26 maio 2026.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. Diretoria de Assuntos Econômico-Tributários (DAET). Departamento do Índice de Participação dos Municípios (DIPM). **Manual do Índice de Participação dos Municípios (IPM) 2021**. Curitiba: SEFA/PR, 2021. Disponível em: https://www.fazenda.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/Manual%20do%20IPM%20PR%202021_VF1_Herval_REV_Felipe_REV_Paulo_site.pdf . Acesso em: 3 jun. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. In: Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Brasília: PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/9654d76e-caf5-44bf-a4df-ef9439db438f . Acesso em: 8 jun. 2026.

REIS, L. G. L. dos. Resenha de: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 24, n. 3, p. 573-577, set./dez. 2012. Disponível em: Scribd. Acesso em: 22 maio 2026.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf . Acesso em: 10 mar. 2026.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre:** em direção a uma dialética tridimensional. Tradução de Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/pt_BR/article/view/74284 . Acesso em: 22 maio 2026.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – PARANÁ. **Paraná lidera crescimento absoluto na produção de frangos e suínos no Brasil**.

Curitiba, 2025. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Parana-lidera-crescimento-absoluto-na-producao-de-frangos-e-suinos-no-Brasil . Acesso em: 2 jun. 2026.

SILVA, M. da; ZINKE, I. A. **A emancipação político-administrativa de Boa Ventura de São Roque/PR e seus efeitos ao desenvolvimento sócio-territorial**. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína, v. 5, n. 8, p. 151-173, 2016. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/midiaticos/article/download/2862/9447 . Acesso em: 10 abr. 2026.

SOUZA, A. D. de. **Emancipações distritais e criação de municípios no Brasil após a Constituição Federal de 1988**. Revista GEOMAE: Geografia, Meio Ambiente e Ensino, Campo Mourão, v. 6, n. 1, p. 50-72, 2015. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/geomae/article/download/5828/3852/16103 . Acesso em: 4 abr. 2026.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, V. da S.; ALENCAR, F. A. G. de. **A criação de municípios no Brasil:** entre as leis e as possibilidades. Revista de Geografia (Recife), Recife, v. 37, n. 1, p. 305-323, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/241499 . Acesso em: 6 abr. 2026.

VAINER, C. B. **Pátria, empresa e mercadoria:** notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103. Disponível em: https://labcs.paginas.ufsc.br/files/2011/12/16.-VAINER-C.B.-P%C3%A1tria-empresa-e-mercadoria.pdf . Acesso em: 2 abr. 2026.